UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

HELOISA COSTA MARROCOS DE ARAUJO

ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NA BIBLIOTECA CENTRAL DA UNIRIO

RIO DE JANEIRO

2015

HELOISA COSTA MARROCOS DE ARAUJO

ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NA BIBLIOTECA CENTRAL DA UNIRIO

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia

Orientador: ESp. Luiz Otávio Ferreira Barreto Leite

Rio de Janeiro
2015

A658a Araujo, Heloisa Costa Marrocos de.
Acessibilidade para pessoas com deficiência visual na Biblioteca Central da UNIRIO/Heloisa Costa Marrocos de Araujo. — Rio de Janeiro, 2015.

93 f.: il.; 30 cm.

Orientador: Luiz Otávio Barreto Ferreira Leite.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia). — Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2015.

1. Acessibilidade em Bibliotecas. 2.Deficiência Visual. 3. Tecnologia Assistiva. 4.Direitos Humanos. I. Leite, Luiz Otávio Barreto Ferreira, orient. II. Título.

CDD 027.6/63

HELOISA COSTA MARROCOS DE ARAUJO

ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NA BIBLIOTECA CENTRAL DA UNIRIO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia

Aprovado em _____ de_____ de 2015.

BANCA EXAMINADORA

_____

Prof. ESp. Luiz Otávio Ferreira Barreto Leite – Orientador
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

_____

Prof. Dr. Marcos Luiz Cavalcanti de Miranda – Avaliador
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

_____

Prof.ª MSc. Daniela Fernanda Assis de Oliveira Spudeit – Avaliadora
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Em memória do meu pai, Marco Antônio Marrocos de Araujo (1954 – 1996), que despertou em mim o amor pela ciência, de meu avô Miguel Ferreira da Costa (1916 – 2001), que dedicou sua vida à luta por igualdade e melhores condições de vida para todas as pessoas, e de meu avô Humberto Marrocos, que, até seu último suspiro, me guiou, fortaleceu e incentivou nessa caminhada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Deus, pois sem Ele jamais teria conseguido força e perseverança para superar todos os desafios impostos pelo curso e pela vida, a fim de chegar até aqui.

Quero também agradecer à minha família, que me apoiou e esteve comigo sempre, me dando apoio, carinho e todos os subsídios necessários para essa vitória.

Agradeço especialmente à minha mãe Márcia Ferreira da Costa, que com seu amor incondicional guiou meus passos e desde sempre acreditou em mim; agradeço também à minha avó materna, Otília Ferreira da Costa, que acredito ter me abençoado de todas as formas para que eu conseguisse a bênção de entrar em uma universidade federal. Também ao meu avô materno, Miguel Ferreira da Costa, que foi para mim um grande exemplo de vida e, apesar de ter falecido quando eu ainda era criança, me inspirou enormemente no caminho que escolhi seguir.

Agradeço demais também ao meu avô paterno Manoel Humberto Marrocos de Araujo, que me acompanhou tão de perto durante essa caminhada, que acreditou em mim, que fez o possível e o impossível para que eu pudesse conseguir me formar, mas infelizmente faleceu alguns meses antes de me ver concluir o curso. Sei que, de algum modo, de algum lugar, ele está vendo esse momento e está feliz; essa é uma conquista dele também e eu não tenho palavras para agradecer tudo o que ele fez por mim.

Sou imensuravelmente grata também à minha avó paterna Wanda Marrocos de Araujo, que o tempo todo esteve ao meu lado, me ajudando e enfrentando todas as batalhas. Ela que foi durante todos esses anos, minha professora dentro de casa, quem tinha paciência de ler trabalhos, exercícios, resumos e dar a sua sempre pontual e indispensável opinião de avó pedagoga. Ela que, nos dias mais difíceis, me levou à faculdade, para que eu não perdesse aulas, ela que esteve e está comigo em todos os momentos e que eu amo como uma segunda mãe!

Também agradeço à minha irmãzinha Mariana Costa de Araujo, que, apesar de ser mais nova, me incentivou o tempo todo a continuar e nunca perder a fé, que me ajudou sempre, que estudou comigo, que me acompanhou em tantas descobertas e passou comigo por todas as dificuldades.

Agradeço ao meu médico psiquiatra e primo, Dr. Rogério Marrocos, sem o apoio e sabedoria do qual eu não conseguiria passar por tudo que passei.

Agradeço à UNIRIO e todo o seu corpo docente e discente, bem como a todos os funcionários técnicos e administrativos que estiveram presentes durante minha vida acadêmica.

Agradeço imensamente ao meu orientador, o Professor Luiz Otávio Barreto Leite, que demonstrou ser um exemplo de dedicação, paciência e perseverança durante o tempo que trabalhamos juntos neste Trabalho de Conclusão de Curso; sem o seu auxílio e incentivo constantes, este trabalho jamais poderia ter êxito.

Agradeço à professora Maura Quinhões, que, desde a minha entrada em seu projeto de extensão: Bibliotecas Comunitárias – Rodando as Leituras no IBC com a Estante Circulante, vem sendo fonte de inspiração e conhecimento como ninguém nunca jamais foi em toda a minha vida.

Agradeço a todos os professores que passaram pela minha formação como Bibliotecária e cidadã do mundo, em especial a alguns que sempre vou guardar com imenso carinho em meu coração: Professora Brisa Pozzi; Professor Marcos Miranda, Professora Cládice Diniz, Professora Maria Ângela, entre outros.

Agradeço demais também aos bibliotecários e funcionários da Biblioteca Central da UNIRIO, sem o apoio e disponibilidade desses, esse trabalho não seria possível. Agradeço de forma especial aos queridíssimos Rosileide Ribeiro, Luís Vidal e Ana Carolina, que, estando ao meu lado sempre e que apoiando em meus estudos e pesquisas, se tornaram amigos que vou querer levar por toda a vida.

Por fim, agradeço aos meus colegas de classe, que caminharam ao meu lado nessa difícil, mas gratificante empreitada. Em especial, ao meu namorado Thiago Lima e aos amigos e futuros colegas de profissão: Leonardo Duarte, Marcelo Augusto, Yonnas Gabriel, Victor Soares Rosa, Ana Paula Xavier, Eliane Xavier, Andreia Alvarenga e Maria Márcia Baptista.

Peço desculpas àquelas pessoas que não foram citadas aqui, mas que também fizeram parte dessa minha caminhada; sou mesmo demasiadamente grata a todos vocês, mas, se fosse citar um por um, seria um outro TCC apenas para isso, foram tantos os que contribuíram nessa empreitada!

Muito obrigada a todos!

“Só se vê bem com o coração, o essencial é invisível aos olhos...”

(**O pequeno príncipe** – Antoine de Saint-Exupéry, 1900 - 1944).

RESUMO

Trata das condições de acessibilidade para pessoas com deficiência visual na Biblioteca Central da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, buscando através da revisão da literatura e de um estudo descritivo e exploratório trazer à sociedade uma reflexão acerca da questão da inclusão desse tipo de usuário em espaços semelhantes a este. Discute ainda os direitos das pessoas com tal deficiência em relação ao acesso à informação, a necessidade da capacitação do profissional da informação no atendimento das pessoas com deficiência. Acolhe a metodologia correspondente ao estudo de caso, enriquecido por entrevista efetuada com uma usuária dessa unidade de informação, com deficiência visual, e pela aplicação de um questionário a profissionais atuantes nessa entidade. Tomando por base os resultados alcançados no transcurso da investigação, sugere recursos e medidas que podem ser implementados na Biblioteca Central da UNIRIO para a resolução dos problemas de acessibilidade identificados nessa biblioteca.

Palavras-chave: Acessibilidade; Deficiência visual; Bibliotecas; Inclusão.

ABSTRACT

This work deals with the accessibility conditions for people with visual impairment at Central Library of Federal University of Rio de Janeiro State (UNIRIO). Through a literature review and a descriptive and exploratory study this paper aims to bring to society a reflection about the issue of inclusion of this kind of user in spaces like this. It also discusses the rights of visually impaired people in access information and the need for training of the informational professional to attend disabled people. It welcomes the corresponding methodology of the case study, enriched by interviews carried out with a visually impaired user of the library, as well as, by applying a questionnaire to professionals who work in this entity. Based on the results achieved along this research, it suggests resources and measures that can be implemented in the UNIRIO's Central Library to solve the problems of accessibility identified on it.

Keywords: Accessibility; Visual impairment; Libraries; Inclusion.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
AEE	Atendimento Educacional Especializado
BIJU	Biblioteca Infanto-Juvenil da UNIRIO
CEAD	Coordenação de Educação a Distância
DAU	Divisão de Atendimento aos Usuários
DEPB	Departamento de Estudos e Processos Biblioteconômicos
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IBC	Instituto Benjamin Constant
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INES	Instituto Nacional de Educação de Surdos
LARAMARA	Associação Brasileira de Assistência à Pessoa com Deficiência Visual
LARATEC	Tecnologia Assistiva para Inclusão da Pessoa com Deficiência Visual
NCE	Núcleo de Computação Eletrônica
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
SARA	Scanning and Reading Appliance
SCIELO	Scientific Electronic Library Online
SECADI	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
SESu	Secretaria de Educação Superior
SiBI	Sistema de Bibliotecas
SRM	Sala de Recursos Multifuncionais
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Leitor de tela para computadores	23
Figura 2	Leitor autônomo SARA	23
Figura 3	Lupa eletrônica com zoom	24
Figura 4	Máquina de Escrever Smart Perkins Braille	25
Figura 5	Impressora Braille Everest D-V4	25
Figura 6	Display Braille	26
Figura 7	Máquina Fusora	27
Figura 8	Banner do Projeto Braille Fácil	28
Figura 9	Aula de música com partituras Braille	29
Figura 10	Gravura ilustrando o Projeto DOSVOX	29
Figura 11	Informes da entrada da sala do Setor de Atendimento ao Usuário	62
Figura 12	Informes dos Terminais de Consulta	63
Figura 13	Informe do que não é permitido na Biblioteca	63
Figura 14	Informe de deixar as obras na mesa	63
Figura 15	Informe da porta do banheiro feminino	64
Figura 16	Informe do laboratório de computadores	64
Figura 17	Placas dos assuntos das obras nas estantes	64
Figura 18	Elevador sem sinalização	65
Figura 19	Entrada principal e balcão da recepção	65
Figura 20	Salão de Leitura; espaço entre as mesas	66
Figura 21	Terminais de Consulta	66
Figura 22	Escadas (com foco onde começam)	66
Figura 23	Escadas (com foco onde terminam)	67
Figura 24	Corrimão	67

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 Aplicação e formas de comunicação e sinalização..... 32
Quadro 2 Comunidade atendida..... 56
Quadro 3 Mobiliário..... 60
Quadro 4 Recursos de informática..... 60

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO..... 15

2 MARCO TEÓRICO-CONCEITUAL DA INVESTIGAÇÃO.....18

2.1 DEFICIÊNCIA VISUAL 18

2.2 ACESSIBILIDADE EM BIBLIOTECAS 19

2.3 TECNOLOGIA ASSISTIVA 20

3 RECURSOS PARA A PROMOÇÃO DA ACESSIBILIDADE EM BIBLIOTECAS 22

3.1 A RELEVÂNCIA DO USO DA TECNOLOGIA ASSISTIVA..... 22

3.2 LEITURA INCLUSIVA 30

3.3 SINALIZAÇÃO EM BIBLIOTECAS 32

4 CAPACITAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA INFORMAÇÃO.....34

4.1 COMO CHAMAR.....34

4.2 COMO AGIR 34

5 INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL A PARTIR DO CENÁRIO INTERNACIONAL 36

5.1 DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS (1948) 36

5.2 CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE EDUCAÇÃO (1990) 39

5.3 DECLARAÇÃO DE SALAMANCA (1994) 41

6 DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO BRASIL.....46

6.1 BREVE HISTÓRICO DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO BRASIL.....46

6.2 DISPOSIÇÕES SOBRE A INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA À SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO NA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA 47

6.3 DIREITO À INFORMAÇÃO POR PARTE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA VISUAL.....49

7 UM ENFOQUE DA BIBLIOTECA CENTRAL DA UNIRIO COMO LOCUS DA PESQUISA 53

7.1 MISSÃO DA BIBLIOTECA CENTRAL E A ACESSIBILIDADE.....54

7.2 USUÁRIOS.....55

7.2.1 Atendimento aos usuários.....56

7.3 ESPAÇO FÍSICO, RECURSOS TECNOLÓGICOS E SINALIZAÇÃO.....58

7.3.1 Espaço físico.....58

7.3.2 Recursos tecnológicos.....60

7.3.3 Sinalização.....61

8 PROPOSTAS PARA A MELHORIA DA ACESSIBILIDADE.....62

8.1 IMPLEMENTAÇÃO DE UMA SINALIZAÇÃO ADEQUADA.....62

8.2 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE TECNOLOGIA ASSISTIVA.....68

8.3 TREINAMENTO DE PESSOAL.....69

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....71

REFERÊNCIAS..... 74

APÊNDICE A - ENTREVISTA PARA VERIFICAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NA BIBLIOTECA CENTRAL DA UNIRIO

APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO PARA VERIFICAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NA BIBLIOTECA CENTRAL DA UNIRIO

1 INTRODUÇÃO

A sociedade atual está cada vez mais atenta à questão da acessibilidade; observa-se o debate constante sobre o acesso de pessoas com deficiência aos mais diversos serviços públicos e muitas medidas já foram tomadas para que estas pessoas tenham, de fato, melhores condições de vida. No entanto, ainda há muito o que ser feito, principalmente no campo da informação. Políticas públicas têm sido implementadas a fim de facilitar o acesso de pessoas com deficiência ao conhecimento produzido; elas ainda devem alcançar bibliotecas de acesso livre e gratuito para suprir o desequilíbrio que causa a exclusão social e intelectual.

O Brasil, de acordo com o Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), tem mais 45 milhões de pessoas com alguma deficiência. Discutir a questão da acessibilidade é de suma importância em um país em que, de acordo com o Censo IBGE 2010, 23,91% de sua população total é composta de pessoas com deficiência e que, portando, precisam de meios de equiparação de oportunidades durante toda a vida (BRASIL. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2014).

Além disso, constatou-se no censo que a deficiência visual – não necessariamente cegueira total – é o tipo de deficiência mais comum nos brasileiros. São mais de sete milhões de cegos no país e outros 21 milhões de pessoas com baixa visão.

Segundo dados do ano de 2014 da Associação Brasileira de Assistência à Pessoa com Deficiência Visual (LARAMARA), 65% da população brasileira exibe alguma deficiência visual.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS) – em estudo publicado em 2011 – a população estimada com deficiência visual no mundo é de 285 milhões, sendo 39 milhões cegos e 246 milhões com baixa visão (LARAMARA, 2014).

Garantir os direitos das pessoas com deficiência é de importância fundamental para que esses indivíduos possam desenvolver todas as suas potencialidades e participar da sociedade; entre esses direitos está o acesso à informação.

A partir da análise desses dados, surgiu a necessidade de avaliar, no presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) , a situação das práticas de políticas públicas para a inclusão do cidadão com deficiência visual na sociedade da informação na Biblioteca Central da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (BC da

UNIRIO), não apenas por ser a universidade onde a autora do presente trabalho cursou a graduação, mas também, senão principalmente, por um de seus maiores *campi* estar situado exatamente ao lado do Instituto Benjamin Constant (IBC), Centro de Referência Nacional na Área da Deficiência Visual.

É preciso trazer à sociedade uma reflexão acerca da questão do acesso à informação para pessoas com necessidades especiais em bibliotecas universitárias, mais especificamente usuários cegos e com baixa visão.

Por conseguinte, a proposta do trabalho é pensar o papel da BC da UNIRIO no atendimento deste tipo de usuário e nas ferramentas que pode oferecer para auxiliá-lo em suas pesquisas.

Caberá ressaltar no estudo proposto os princípios de ética e cidadania para a inclusão e integração dos indivíduos, bem como a urgência de tornar a informação disponível também ao público especial com o crescimento da literatura e da Internet.

A partir do mapeamento da Biblioteca Central, serão identificados alguns dos possíveis problemas para serviços direcionados a essa parcela do público especial e alternativas para resolvê-los.

O presente estudo visa identificar a atual situação da acessibilidade à informação para pessoas com deficiência visual na BC da UNIRIO, buscando avaliar se essa instituição atende à demanda.

Dentre os objetivos específicos deste trabalho é possível elencar:

- Examinar as práticas desenvolvidas para possibilitar o acesso à informação para pessoas com deficiência visual na BC da UNIRIO.
- Verificar se os usuários com deficiência visual são incentivados a conhecer e utilizar os recursos, ferramentas e serviços direcionados a eles na biblioteca.
- Assinalar os benefícios que a integração das pessoas com deficiência visual pode trazer.

A questão central da pesquisa poderia assim ser enunciada: as políticas institucionais que objetivam facilitar o acesso de pessoas com deficiência visual ao conhecimento na BC da UNIRIO têm sido efetivas?

Cabe no final desta seção fazer os esclarecimentos básicos sobre a metodologia adotada. A investigação que se tem em vista está pautada em um estudo de campo na BC da UNIRIO, a partir do qual foi possível o levantamento de dados qualitativos e quantitativos acerca da realidade estudada.

Essa pesquisa, portanto, pode ser classificada tanto como descritiva quanto como exploratória, já que não se limita a uma revisão da literatura produzida sobre a temática que se elegeu.

Pretendeu-se, pois, realizar um estudo de caso: neste a biblioteca, tomada como *entidade* a ser investigada em função de um determinado problema, foi visitada e fotografada para análise. Também se julgou por bem aplicar a três profissionais da área biblioteconômica que atuam na BC da UNIRIO, um questionário (apêndice B) compreendendo perguntas abertas e fechadas acerca das condições de acessibilidade da biblioteca.

Com o propósito de ampliar a compreensão do fenômeno estudado, procedeu-se ainda a uma entrevista (apêndice A) semiestruturada aplicada à uma aluna da UNIRIO com deficiência visual que é usuária da biblioteca, procurando identificar as dificuldades que a mesma enfrenta no acesso a informação nessa instituição.

A meta principal foi empreender uma comparação dos dados obtidos com o que deveria ser o ideal, desvelando a situação da acessibilidade identificável na BC da UNIRIO na perspectiva de se avaliar se essa instituição atende de maneira efetiva às demandas daqueles sujeitos.

2 MARCO TEÓRICO-CONCEITUAL DA INVESTIGAÇÃO

Esta seção tem por finalidade definir os principais conceitos presentes na literatura relativos aos objetivos e à questão de pesquisa. Tendo como base artigos científicos, teses, livros, *websites* especializados no tema e a própria legislação brasileira, o trabalho procura identificar na literatura perspectivas sobre deficiência visual, os direitos das pessoas com deficiência, tecnologia assistiva, entre outros conceitos essenciais à temática escolhida

2.1 DEFICIÊNCIA VISUAL

De acordo com o art. 2º do Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011, da Presidência da República, que institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Plano Viver sem Limite:

> [...] são consideradas pessoas com deficiência aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade com as demais pessoas (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2011).

Conforme LARAMARA (2014) a definição presente no website da Associação Brasileira de Assistência à Pessoa com Deficiência Visual – “Deficiência visual é a perda total ou parcial da visão, seja a congênita ou a adquirida.” E, dependendo de sua acuidade visual, pessoas com essa deficiência podem ser cegas ou ter baixa visão (ou visão subnormal).

Assim como a LARAMARA (2014), o Instituto Benjamin Constant (2014) classifica a pessoa com deficiência visual em duas categorias: educacionalmente cego ou com baixa visão.

Conforme as informações do IBC, entendemos que é considerado cego aquele que apresenta desde ausência total de visão até a perda da percepção luminosa. E com baixa visão aquele que apresenta desde a capacidade de perceber luminosidade até o grau em que a deficiência visual interfira ou limite seu desempenho. De acordo com o IBC, as patologias que levam à deficiência visual estão entre as alterações das seguintes funções visuais: visão central, visão periférica e sensibilidade aos contrastes.

A LARAMARA (2014) é mais específica ao elencar em seu website as principais causas da cegueira e outras deficiências visuais no mundo.

Causas para a cegueira:

- Catarata não operada **51%**
- Glaucoma **8%**
- Degeneração macular relacionada à idade **5%**
- Cegueira na infância **4%**
- Opacidades de córnea **4%**
- Erros refrativos não corrigidos **3%**
- Tracoma **3%**
- Retinopatia diabética **1%**
- Causas indeterminadas **18%**

(LARAMARA, 2014).

Causas para a deficiência visual:

- Erros refrativos não corrigidos **43%**
- Catarata não operada **33%**
- Glaucoma **3%**
- Degeneração macular relacionada à idade **1%**
- Retinopatia diabética **1%**
- Tracoma **1%**
- Opacidades de córnea **1%**
- Causas indeterminadas **18%**

(LARAMARA, 2014).

Como esclarece o website da Associação Baiana de Cegos (2014), a Organização Mundial de Saúde (OMS) classifica a deficiência visual conforme a sua intensidade. Há a deficiência visual leve, moderada, profunda, severa e perda total da visão. Segundo o comprometimento de campo visual, há o comprometimento central, periférico e sem alteração. A OMS classifica as deficiências visuais de acordo com a classe de acuidade visual da seguinte maneira: Normal - 20/12 a 20/25; Próximo do Normal - 20/30 a 20/60; Baixa Visão Moderada - 20/80 a 20/150; Baixa Visão Severa - 20/200 a 20/400; Baixa Visão Profunda - 20/500 a 20/1000; Próximo à Cegueira - 20/1200 a 20/2500; Cegueira Total - SPL (sem percepção de luz).

2.2 ACESSIBILIDADE EM BIBLIOTECAS

De acordo com a norma 9050 da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, “Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos” (2004), o termo *acessibilidade* quer dizer a “possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos”.

Segundo Ferreira (2008, p. 284), acessibilidade é "...a facilidade de interação, aproximação. Acessibilidade da informação está associada a ações que têm como objetivo tornar a informação acessível aos usuários."

Pode-se, portanto, entender que a acessibilidade em bibliotecas, depende das condições que o usuário tem tanto de se locomover com autonomia dentro do espaço da biblioteca, como também de sua possibilidade de encontrar a informação que procura sem restrições ou barreiras.

Nesse sentido, deve-se frisar a importância da questão da inclusão digital, já que "...atualmente existem diversas tecnologias assistivas para auxiliar deficientes visuais a operar computadores, possibilitando uma maior acessibilidade ao meio tecnológico e à informação" (MORCELLI, SEABRA, 2012).

Em suma, para que a inclusão social das pessoas com deficiência e necessidades especiais ocorra, é necessário que as bibliotecas e centros de informação se comprometam em desenvolver projetos para atender a essa parcela da população, buscando atender de forma satisfatória a demanda desses usuários. Mais que isso, é dever da biblioteca atrair esse público para dentro de seu espaço e mostrar a essas pessoas que é possível utilizá-lo e que isso é um direito seu.

2.3 TECNOLOGIA ASSISTIVA

Conforme a definição da LARAMARA (2014), entende-se que tecnologia assistiva se refere a todo produto, serviço ou sistema, comprado, modificado ou customizado, capaz de melhorar ou manter as habilidades funcionais de uma pessoa com deficiência.

Tecnologia assistiva é um termo recente e, como uma área em expansão, há muitos especialistas empenhados em fazê-la crescer, o que acaba gerando inúmeras inovações.

No site da LARAMARA (2014), identificou-se alguns dos grandes benefícios que esse tipo de tecnologia traz às pessoas com deficiência. Um desses benefícios é possibilidade de execução de tarefas que a deficiência torna impossíveis ou difíceis de realizar.

Para as pessoas com deficiência visual, que é o foco do presente estudo, a tecnologia assistiva é responsável por transmitir a informação sobre o mundo que a deficiência tornou inacessível.

Ainda segundo a LARAMARA (2014), os produtos, serviços ou sistemas desenvolvidos na área da Tecnologia Assistiva são essenciais para a maior inserção do deficiente visual na vida diária e sua inclusão na sociedade da informação. De acordo com Ferreira (2008, p. 283),

> Os anos 1990 trouxeram aos deficientes visuais novas possibilidades e expectativas em termos de estudo, trabalho e lazer. O avanço nas tecnologias assistivas se tornou imprescindível, de tal forma, que o acesso às informações está associado à tecnologia que é colocada à sua disposição, quanto mais completa for essa tecnologia, menor serão as limitações. Portanto a quantidade de informação está relacionada à sua acessibilidade.

Nesse sentido, é possível afirmar que recursos de tecnologia assistiva são indispensáveis para que a acessibilidade à informação por parte das pessoas com deficiência visual seja completa, já que, tendo acesso a esses recursos e sabendo como utilizá-los, esses indivíduos poderão ter suas possibilidades de alcançar o conhecimento produzido ampliadas e até mesmo equiparadas às de uma pessoa sem nenhum tipo de deficiência.

3 RECURSOS PARA A PROMOÇÃO DA ACESSIBILIDADE EM BIBLIOTECAS

Buscando elucidar o que pode ser implementado em bibliotecas e centros de documentação a fim de promover a acessibilidade à informação para pessoas com deficiência visual, foram elencados abaixo alguns dos recursos disponíveis considerados como relevantes para solução de problemas de acessibilidade em bibliotecas, a partir da literatura.

3.1 A RELEVÂNCIA DO USO DA TECNOLOGIA ASSISTIVA

Com a tecnologia assistiva, as informações sobre o mundo são comunicadas de maneira mais eficiente ao deficiente visual através de seus outros sentidos, como, por exemplo, o tato e a audição. “No caso das pessoas com baixa visão, a visão residual também é aproveitada, mediante recursos que ampliam ou aproximam imagens ou as adaptam de outras formas para melhorar contrastes ou alterar a intensidade da luz” (LARAMARA, 2014).

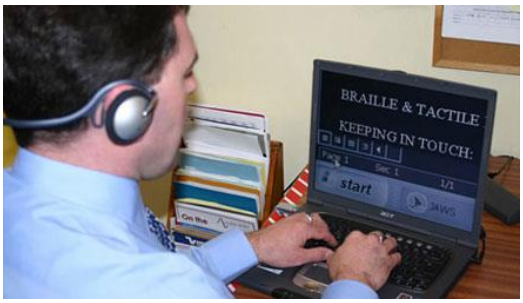
Segundo matéria do *site* Olhar Digital (2014), algumas das novidades nessa área são revolucionárias e já estão disponíveis no Brasil.

Eis alguns exemplos:

- Leitor de tela para computadores

Ainda em consonância com o *site* Olhar Digital (2014), o *software* de interação via áudio com o micro possibilita à pessoa com deficiência visual uma vida online plena: contudo, essa inclusão digital promete ser ainda melhorada com a chegada do programa na Linha Braille. O leitor autônomo lê documentos impressos através de uma microcâmera e um *software* de reconhecimento de texto. “O equipamento fotografa o documento e o transforma em áudio para que o usuário possa ouvir o que está escrito” (Olhar Digital, 2014).

Figura 1- Leitor de tela



Fonte: LARAMARA (2014)

- Leitor autônomo

O leitor autônomo é uma máquina que digitaliza e lê em voz o texto digitalizado diretamente ou armazenado na máquina (Catálogo Nacional de Produtos de Tecnologia Assistiva, 2014), através de uma microcâmera e um *software* de reconhecimento de texto (Olhar Digital, 2014).

Figura 2 – Leitor autônomo SARA (Scanning and Reading Appliance)

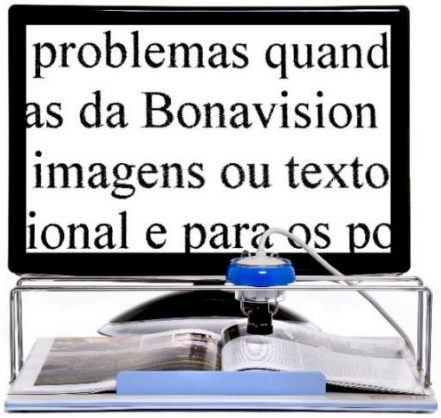
Fonte: Catálogo Nacional de Produtos de Tecnologia Assistiva (2014).

- Lupa Eletrônica

A lupa eletrônica é muito importante para pessoas com baixa visão, pois ela amplia a imagem de livros e revistas, reproduzindo-as em vídeo, preto e branco ou colorido (Catálogo Nacional de Produtos de Tecnologia Assistiva, 2014).

> É muito útil em escolas, clínicas, instituições, bibliotecas, nos ambientes de trabalho e no lar. Pode ser transportada e ligada facilmente em qualquer TV ou computador. Indicado para a educação das crianças, por ter um mecanismo de funcionamento fácil de aprender (CATÁLOGO NACIONAL DE TECNOLOGIA ASSISTIVA, 2014).

Figura 3 - Lupa Eletrônica com zoom



Fonte: Catálogo Nacional de Produtos de Tecnologia Assistiva (2014).

- Máquina de Escrever Braille

De acordo com a LARATEC – Tecnologia Assistiva para a Inclusão do Deficiente Visual (2015), “A máquina de escrever em Braille nacional é constituída de 9 teclas, sendo uma tecla de espaço, uma tecla de retrocesso, uma tecla de avanço de linha e 6 teclas correspondentes aos pontos”.

Este tipo de máquina permite que a pessoa com deficiência visual redija documentos em Braille com mais rapidez e comodidade do que, por exemplo, com o uso da tradicional reglete e punção (instrumentos de escrita manual em Braille).

A máquina ilustrada a seguir, por exemplo, corresponde ao modelo Smart Perkins Braille e, de acordo com a *web page* sobre ela, é também muito útil para pessoas que estejam perdendo a visão, pois “fornece retorno visual e de áudio juntamente com uma cópia impressa” (CIVIAM, 2015), este recurso permite ainda que alunos, professores, pais e adultos aprendam a escrita Braille juntos.

Ainda conforme o *site*:

> A Smart Perkins proporciona ao novo usuário do Braille uma aprendizagem mais eficaz e integrada, pois facilita a comunicação e a colaboração entre o aluno e seu professor, pais ou colegas, garantindo ainda mais a inclusão de alunos com deficiência visual nas salas de aula. Mesmo para os professores que não sabem Braille, é possível ver ou ouvir o que os alunos estão digitando. Dessa forma, a interação e o feedback entre aluno e professor (ou pai e filho) é mais imediata e eficaz (CIVIAM, 2015).

Um equipamento como este em uma biblioteca universitária, além de auxiliar o estudante com deficiência visual na confecção de seus trabalhos acadêmicos, poderia atuar como um meio de aproximação entre videntes e não videntes, pois permitiria que trabalhassem em conjunto.

Figura 4 - Máquina de Escrever Smart Perkins Braille

Fonte: CIVIAM (2015).

- Impressora Braille

Impressoras Braille são equipamentos capazes de imprimir textos do computador em Braille (TECASSISTIVA, 2015). Estão disponíveis no mercado nos mais diversos preços e tamanhos: desde compactas e mais simples, para impressões em residências escritórios, até as mais robustas, desenvolvidas para impressões de revistas e livros em Braille, por exemplo.

Figura 5 – Impressora Braille Everest D-V4

Fonte: TECASSISTIVA (2015).

- Linha Braille

A Linha Braille, também chamada de Display Braille, é um dispositivo de saída de computador que é capaz de exibir dinamicamente em Braille a informação que está na tela (ACESSIBILIDADE LEGAL, 2015).

> Por intermédio de um sistema eletromecânico, conjuntos de pontos são levantados e abaixados, conseguindo-se assim uma linha de texto em Braille. Em geral, contam com diversos botões de função para controlar diretamente a navegação e, em muitos casos, executar comandos do leitor de tela ou do Windows. Existem linhas Braille tanto para computadores de mesa quanto para computadores de mão (PDA) e celulares, acopláveis ou embutidos a estes. Os atuais displays possuem dimensões que vão desde uma única célula (de seis ou oito pontos) até linhas de 80 células. A maioria comporta entre doze e vinte células por linha. (ACESSIBILIDADE LEGAL, 2015).

De acordo com a *web page* do Laratec (2015),

> É um recurso essencial para as pessoas com surdocegueira acessarem computadores e outros aparelhos informáticos, como os celulares e computadores de mão. É também importante para pessoas com cegueira que precisam de um maior controle sobre a ortografia de textos, o layout de um documento ou um complemento à voz sintetizada para ter maior rapidez na leitura da tela (LARATEC, 2015).

Esse *hardware*, se disponível em uma biblioteca universitária, poderia beneficiar estudantes e profissionais das mais diversas áreas, principalmente em áreas como da programação de computadores, comunicação, letras, arquivologia, museologia e biblioteconomia, que exigem maior rigor na forma dos documentos produzidos.

Figura 6 – Display Braille

Fonte: Laratec (2015).

- Máquina fusora

A máquina fusora aquece o papel especial que, em reação com a tinta preta (que contém muito carbono em sua composição), coloca em alto relevo o que está ali impresso. Desse modo, a pessoa com deficiência visual adquire uma forma tátil de identificar documentos, além do Braille, tornando-se capaz de, por exemplo, reconhecer desenhos, mapas e assinaturas (Olhar Digital, 2014).

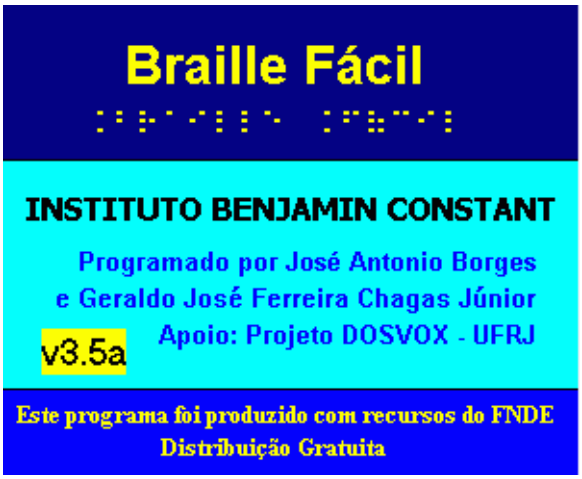
Figura 7 - Máquina fusora

Fonte: Olhar Digital (2014).

- Braille Fácil

O Braille Fácil é um programa para computadores de distribuição gratuita, produzido com recursos do FNDE, que facilita e agiliza a impressão de textos em Braille, permitindo que ela seja realizada com um mínimo de conhecimento da codificação. A impressão com o Braille Fácil é realizada através dos *drivers* específicos dos equipamentos de impressão, o que é importante para imprimir em equipamentos conectados por USB. Sua versão mais atual, o Braille Fácil 3.5a, implementa também o comando <F*> através do qual é possível embutir no texto, uma cópia da área de transferência ou arquivo de música proveniente do programa Musibraille, sendo também compatível com a geração de gráficos do programa Monet (INTERVOX – NCE/UFRJ, BRAILLE FÁCIL 3.5A, 2015).

Figura 8 – Banner do Projeto Braille Fácil



Fonte: INTERVOX – NCE/UFRJ, Braille Fácil 3.5a (2015).

- Musibraille

O Musibraille é um *software* livre e gratuito que, de acordo com a *web page* do INTERVOX sobre o Projeto Musibraille (2015), permite a transcrição da pauta musical tradicional para a musicografia em Braille. Segundo a *web page* da INTERVOX para *download* do *software* (2015), sua versão mais atual é a 1.9 beta, que ainda está em caráter experimental, mas já é possível ser baixada por qualquer pessoa no site oficial, que também fornece *download* gratuito da versão 1.8, mais antiga e, portanto, mais estável. A 1.9, porém, tem como principais vantagens, os seguintes aspectos:

- incorporação de e arquivos em Music-XML
- execução de várias partes simultâneas
- uma nova facilidade para entrada musical: o pianinho.

> O Music-XML é um formato que permite que você edite partituras em qualquer editor de música convencional, e o exporte para que seja usado em outros programas. O Musibraille pega estes arquivos e NUM PASSE DE MÁGICA os transforma para Braille, praticamente sem erros! (INTERVOX – NCE/UFRJ, DOWNLOAD DO SOFTWARE MUSIBRAILLE, 2015).

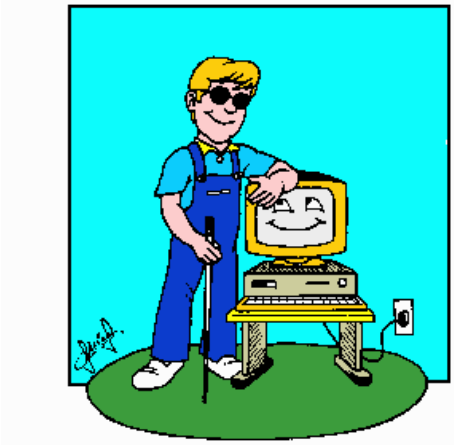
Figura 9 – Aula de música com partituras em Braille

Fonte: INTERVOX – NCE/UFRJ, Objetivos do Projeto Musibraille (2015).

- DOSVOX

O DOSVOX é um sistema operacional desenvolvido pelo Núcleo de Computação Eletrônica (NCE) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que permite que pessoas com deficiência visual utilizem microcomputadores da linha PC através de síntese de voz. “O que diferencia o DOSVOX de outros sistemas voltados para uso por deficientes visuais é que no DOSVOX, a comunicação homem-máquina é muito mais simples, e leva em conta as especificidades e limitações dessas pessoas” (Projeto DOSVOX, 2015).

Figura 10 – Gravura ilustrando o Projeto DOSVOX



Fonte: Projeto DOSVOX (2015)

Todos esses equipamentos e programas de computador são essenciais para a inclusão dos indivíduos com deficiência visual na sociedade da informação atual, sendo, portanto, indispensáveis em bibliotecas e centros de informação. Alguns, por serem importados, ainda são caros; contudo, isso não deve desmotivar as bibliotecas de adquiri-los.

> As linhas brailles e os leitores autônomos já podem ser encontrados em algumas redes de ensino e até em instituições, como é exemplo o Sesc de Sorocaba, no interior de São Paulo. [...] A tecnologia, na medida em que se populariza e se torna acessível à essa população, é uma ferramenta indispensável para devolver a autonomia e oferecer uma nova realidade ao deficiente visual (Olhar Digital, 2014).

De acordo com o *site* Olhar Digital (2014), esses equipamentos já contam com um incentivo do governo para a redução de impostos e diminuição dos custos.

3.2 LEITURA INCLUSIVA

Uma das formas de promover o acesso ao conteúdo de seus livros em tinta aos usuários cegos ou com baixa visão em bibliotecas é através da contratação de profissionais ledores. Através desses profissionais, qualquer livro impresso em tinta disponível na biblioteca pode ser utilizado pelas pessoas com deficiência visual, já que a informação contida no livro poderá ser transmitida de forma oral.

Entretanto, quando tal tipo de serviço for oferecido, é importante que o ledor tenha certo grau de entendimento do assunto sobre o qual irá ler para o usuário com deficiência, podendo, desse modo, transformar a informação em conhecimento (FERREIRA, 2008, p. 284).

É também de suma importância que as bibliotecas em geral possibilitem aos seus usuários com deficiência visual o acesso a livros e a outros materiais de leitura em braille, áudio e formato Daisy.

De acordo com site da Fundação Dorina Nowill (2014), que se dedica à inclusão social das pessoas com deficiência visual, por meio da produção e distribuição gratuita de livros braille, falados e digitais acessíveis,

> [O Braille] é um sistema de leitura e escrita destinado a pessoas cegas por meio do tato. Sua escrita é baseada na combinação de 6 pontos, dispostos em duas colunas de 3 pontos, que permite a formação de 63 caracteres diferentes, que representam as letras, números, simbologia aritmética, fonética, musicográfica e informática.O sistema braille se adapta à leitura tátil, pois os pontos em relevos devem obedecer a medidas padrão, e a dimensão da cela braille deve corresponder à unidade de percepção da ponta dos dedos.

O conceito de livros em áudio ou falados consiste em "...livros e revistas em áudio no formato MP3, com o objetivo de oferecer às pessoas com deficiência visual mais uma opção de acesso à informação atualizada, além de livros recém-lançados" (FUNDAÇÃO DORINA NOWILL, 2014).

Já o formato Daisy, segundo a Fundação Dorina Nowill (2014),

> [...] permite à pessoa cega ou com visão subnormal acesso à literatura destinada ao estudo e à pesquisa de forma rápida e estruturada. O leitor pode visualizar o conteúdo do texto em vários níveis de ampliação e ouvir simultaneamente em voz sintetizada. O livro Daisy é editado com notas de rodapé opcionais, marcadores de texto, soletração, leitura integral de abreviaturas e de sinais, além da pronúncia correta de palavras estrangeiras.

Um livro Daisy pode ser explicado como um conjunto de arquivos digitais que incluem:

- Um ou mais arquivos áudio, contendo uma narração humana de um texto;
- Um arquivo contendo o texto escrito (opcional);
- Um arquivo de sincronismo para relacionar o arquivo de áudio com o arquivo de texto escrito;
- Um arquivo de controle da navegação que permite ao usuário mudar de frase, parágrafo, seção, capítulo, mantendo o sincronismo entre a voz e o texto escrito (Ataraxia, 2015).

Esse tipo de livro digital foi, portanto, desenvolvido visando associar as qualidades das gravações digitais com marcas estruturais no documento, tornando a leitura mais flexível para pessoas cegas, surdas, com problemas táteis e outras deficiências (Ataraxia, 2015).

3.3 SINALIZAÇÃO EM BIBLIOTECAS

De início, cumpre frisar que, segundo a norma 9050 da ABNT, existem três formas de comunicação e sinalização, sendo elas:

- Visual: Realizada através de textos ou figuras;
- Tátil: Realizada através de caracteres em relevo, Braille ou figuras em relevo;
- Sonora: Realizada através de recursos auditivos (ABNT, NBR 9050, 2004).

Essas formas de sinalização, podem ser de quatro tipos:

- Permanente: Utilizada nas áreas e espaços cuja função já esteja definida;
- Direcional: Utilizada para indicar a direção de um percurso ou distribuição espacial dos diferentes elementos de um edifício;
- De emergência: Utilizada para indicar rotas de fuga e saídas de emergência ou para alertar quanto a um perigo eminente;
- Temporária: Utilizada para indicar informações provisórias ou que podem ser alteradas periodicamente (ABNT, NBR 9050, 2004).

Ainda segundo a mesma norma citada acima, as informações mais relevantes aos espaços nas edificações, no mobiliário, nos espaços e equipamentos urbanos precisam ser sinalizadas de forma visual, tátil ou sonora, no mínimo de acordo com o seguinte quadro:

Quadro 1 - Aplicação e formas de comunicação e sinalização

		Visual	Tátil	Sonora
Edificação/ espaço/ equipamentos	Permanente	X	X	
	Direcional	X	X (no piso)	
	De emergência	X	X	X
	Temporária	X		
Mobiliário	Permanente	X	X (no piso)	X
	Temporária	X		

Fonte: NBR 9050 – ABNT

No que concerne a bibliotecas e centros de documentação adaptados para pessoas com deficiência visual especificamente, algumas das medidas relativas à sinalização mais relevantes que devem ser implementadas são a instalação de:

- Sinalização tátil interna – de localização em corrimãos e elevadores, de informação (para a identificação de acervo, das portas ou leitura de informativos dispostos pela biblioteca);
- Piso tátil ou podotátil (Direcional e Alerta);
- Balcão de atendimento sinalizado;
- Terminal de atendimento preferencial;
- Mapa tátil da biblioteca.

É de suma importância que se adotem essas medidas de sinalização, que são também prescritas na norma 9050 da ABNT, sejam obedecidas, visto que garantem a segurança das pessoas com deficiência visual dentro da biblioteca, facilitando a sua locomoção pelo ambiente e dotando-as de maior autonomia.

4 CAPACITAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA INFORMAÇÃO

Um dos maiores entraves existentes para a inclusão de pessoas com deficiência visual em bibliotecas, mesmo nas mais bem equipadas com recursos de tecnologia assistiva e sinalização, é o relacionamento entre os funcionários da biblioteca e a pessoa com deficiência visual.

Devido à falta de conscientização e conhecimento da realidade desses usuários, quase sempre há uma diferenciação equivocada no tratamento dessas pessoas; por isso, é sempre muito importante que haja, em toda biblioteca e centro de informação, treinamento para capacitar os funcionários a atender esse tipo de usuário, através de cursos que os oriente acerca das diferenças e capacidades das pessoas com deficiência visual, suas necessidades, métodos de atendimento.

Os funcionários também devem ser capacitados no uso dos equipamentos e recursos destinados à acessibilidade dessas pessoas, para que possam guiá-las no uso dos mesmos.

A seguir estão listadas algumas orientações que podemos seguir no contato com pessoas com deficiência visual, propostas pelo Programa de Acessibilidade da Câmara dos Deputados (2014):

4.1 COMO CHAMAR

- Prefira usar o termo hoje mundialmente aceito: “pessoa com deficiência visual”, em vez de “portador de deficiência”, “pessoa com necessidades especiais” ou “portador de necessidades especiais”;
- O termo “cego” pode ser utilizado;
- Jamais utilizar termos pejorativos ou depreciativos como “deficiente”, “aleijado”, “inválido”, “mongol”, “excepcional”, “retardado”, “incapaz”, “defeituoso” etc. (BRASIL. Câmara dos Deputados, 2014)

4.2 COMO AGIR

- É bom saber que nem sempre as pessoas com deficiência visual precisam de ajuda. Se encontrar alguém que pareça estar em dificuldades, identifique-se, faça-a perceber que você está falando com ela e ofereça seu auxílio.
- Nunca ajude sem perguntar como fazê-lo. Caso sua ajuda como guia seja aceita, coloque a mão da pessoa no seu cotovelo dobrado. Ela irá acompanhar o movimento do seu corpo enquanto você vai andando. Num corredor estreito, por onde só é possível passar uma pessoa, coloque o seu braço para trás, de modo que a pessoa cega possa continuar seguindo você.
- É sempre bom avisar, antecipadamente, sobre a existência de degraus, pisos escorregadios, buracos e outros obstáculos durante o trajeto.

> - Ao explicar direções, seja o mais claro e específico possível; de preferência, indique as distâncias em metros (“uns vinte metros à nossa frente”, por exemplo). Quando for afastar-se, avise sempre.
> - Algumas pessoas, sem perceber, falam em tom de voz mais alto quando conversam com pessoas cegas. A menos que ela tenha, também, uma deficiência auditiva que justifique isso, não faz nenhum sentido gritar. Fale em tom de voz normal.
> - Não se deve brincar com um cão-guia, pois ele tem a responsabilidade de guiar o dono que não enxerga e não deve ser distraído dessa função.
> - As pessoas cegas ou com visão subnormal são como você, só que não enxergam. Trate-as com o mesmo respeito e consideração dispensados às demais pessoas. No convívio social ou profissional, não as exclua das atividades normais. Deixe que elas decidam como podem ou querem participar.
> - Fique à vontade para usar palavras como “veja” e “olhe”, pois, as pessoas com deficiência visual as empregam com naturalidade.
>
> (BRASIL. Câmara dos Deputados, 2014)

A importância do treinamento dos profissionais da informação, assim como de todos os funcionários da biblioteca, para bem receber um usuário com deficiência, vai além das paredes da própria biblioteca, pois, ao transmitir a esse funcionário o conhecimento necessário para poder incluir essa parcela do público no espaço da biblioteca, estamos quebrando muralhas de preconceito construídas dentro e fora do local de trabalho desse indivíduo.

O conhecimento é, sem dúvida, a maior arma que se tem na luta contra o preconceito e, tendo profissionais capazes de entender e atender às necessidades de um usuário com deficiência, não só o torna útil àquele usuário, mas também o faz disseminador de uma informação capaz de, aos poucos, transformar a nossa sociedade como um todo em uma sociedade mais inclusiva.

5 INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL A PARTIR DO CENÁRIO INTERNACIONAL

Entre os inúmeros obstáculos a serem vencidos pelas pessoas com deficiência visual na sociedade, está o de garantir o seu acesso em todos os lugares do mundo à educação, à saúde, à segurança, ao lazer e ao emprego (CORRÊA, 2010, p. 55).

Por isso, nesta seção serão apontados alguns acontecimentos internacionais marcantes que nortearam as conquistas, em diferentes áreas, para as pessoas de uma maneira geral e, particularmente, para aquelas com deficiência visual. Entre esses acontecimentos internacionais merecem destaque: a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), a Conferência Mundial sobre Educação (1990) e a Declaração de Salamanca (1994).

5.1 DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS (1948)

A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi adotada pela Organização das Nações Unidas (ONU), no dia 10 de dezembro de 1948. Esse documento data de um período pós-guerra, momento em que um número imenso de pessoas havia se tornado deficiente devido à participação na Segunda Guerra Mundial, e minorias se sentiam prejudicadas ao retornar à sociedade (CORRÊA, 2010, p. 55).

Esta declaração surgiu a partir da união dos governos para a formulação de diretrizes que possibilitassem “proteger o homem contra o homem, as nações contra as nações e sempre que homens e nações se arroguem o poder de violar direitos” (BRASIL, 1990, p. 7 apud CORRÊA, 2010, p. 55). Este documento veio, portanto, garantir a educação para todos os indivíduos, sem distinções (CORRÊA, 2010, p.55).

> A primeira declaração do gênero, de que se tem notícia, foi a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, em 1789, na França. Nela, a ignorância, o esquecimento e o desprezo dos direitos do homem eram considerados as únicas causas das desgraças públicas e da corrupção do governo. A Carta das Nações Unidas de 1945 foi o primeiro documento elaborado com a finalidade de preservar as gerações futuras do flagelo da guerra. Este documento reafirma os direitos do homem, a dignidade e os valores do ser humano. (CORRÊA, 2010, p. 55)

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) é muito ampla e, neste trabalho, serão destacados apenas alguns artigos que influenciam diretamente na

garantia do acesso à informação das pessoas com deficiência e, especialmente, às pessoas com deficiência visual, que são o foco deste estudo:

> Art. 1
> Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.
>
> Art. 2
> I) Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.
> II) Não será também feita nenhuma distinção fundada na condição política, jurídica ou internacional do país ou território a que pertença uma pessoa, quer se trate de um território independente, sob tutela, sem governo próprio, quer sujeito a qualquer outra limitação de soberania.
>
> [...]
>
> Art. 6
> Todo ser humano tem o direito de ser, em todos os lugares, reconhecido como pessoa perante a lei.
>
> Art. 7
> Todos são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei. Todos têm direito a igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação.

Os artigos 1, 2, 6 e 7 acima transcritos da Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948) tratam principalmente da igualdade de direitos de todos os homens, de sua liberdade, da garantia de seus direitos independentemente de suas condições, do direito de ser reconhecido e tratado como pessoa em todos os lugares e do direito de proteção contra todo tipo de discriminação e preconceito.

Já os artigos 19, 26 e 27 dessa Declaração, dispõem, em sua essência, sobretudo direitos relativos à acessibilidade à informação. Direitos esses que têm como fundamento, os artigos transcritos primeiramente, como se pode observar a seguir:

> Art. 19
> Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferências, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios, independentemente de fronteiras.
>
> [...]

> Art. 26
> I) Todo ser humano tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnica-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, esta baseada no mérito.
> II) A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos do homem e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos, e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz.
> III) Os pais têm prioridade de direito na escolha do gênero de instrução que será ministrada a seus filhos.
>
> Art. 27
> I) Todo ser humano tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar do progresso científico e de fruir de seus benefícios.
> II) Todo o homem tem direito à proteção dos interesses morais e materiais decorrentes de qualquer produção científica, literária ou artística da qual seja autor.
>
> Art. 28
> Todo ser humano tem direito a uma ordem social e internacional em que os direitos e liberdades estabelecidos na presente Declaração possam ser plenamente realizados.
> (DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, 1948)

O artigo 19 versa sobre o direito à liberdade de opinião e expressão e, para que haja formação de opiniões e sua consequente expressão, precisa haver também liberdade de acesso às informações e conhecimentos produzidos.

O artigo 26, defende o direito à instrução para todas as pessoas, à educação em todos os níveis e o direito dos pais de escolha ao tipo de instrução que seus filhos receberão, ou seja, é um artigo que aborda primordialmente a disseminação da informação e o direito do acesso ao conhecimento por todas as pessoas, independentemente de suas condições. Ademais, vai conferir aos pais uma inalienável função na educação de seus filhos.

Porém, o direito ao acesso à informação por parte de todas as pessoas é protegido principalmente pelo artigo 27, que garante o direito de todo homem de participar da vida cultural, das artes, do progresso científico e fazer uso de seus benefícios. Também garante a proteção aos direitos decorrentes de produções científicas, artísticas e literárias.

O artigo 28 foi destacado, pois, a partir dele, todos os outros artigos da Declaração se tornam direitos universais, isto é, todo homem passa a ter o direito de viver em uma sociedade em que os preceitos dessa declaração sejam cumpridos.

5.2 CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE EDUCAÇÃO (1990)

Outro acontecimento importante no cenário internacional foi a Conferência Mundial sobre Educação para Todos que aconteceu em Jomtien, na Tailândia, no período de 5 a 9 de março de 1990, e teve como produto a “Declaração Mundial sobre Educação para Todos”, que estabelecia um plano de ação para atender às necessidades básicas de aprendizagem, “renovando a garantia do direito de todas as pessoas à educação, independente [sic] de suas diferenças particulares.” (CORRÊA, 2010, p. 58)

Em praticamente todos os artigos dessa Declaração, é enfatizada direta ou indiretamente a importância da disponibilidade do conhecimento produzido, a necessidade de tornar as informações acessíveis, de instruir a todos, criando mecanismos para que as dificuldades que cada indivíduo tem para ter acesso à educação sejam sanadas.

O artigo 1 da “Declaração Mundial sobre Educação para Todos” dispõe claramente sobre o aspecto central da Declaração: proclamar a importância de se satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem e os direitos de cada ser humano em relação a isso:

> ARTIGO 1
>
> SATISFAZER AS NECESSIDADES BÁSICAS DE APRENDIZAGEM
>
> 1. Cada pessoa – criança, jovem ou adulto – deve estar em condições de aproveitar as oportunidades educativas voltadas para satisfazer suas necessidades básicas de aprendizagem. Essas necessidades compreendem tanto os instrumentos essenciais para a aprendizagem (como a leitura e a escrita, a expressão oral, o cálculo, a solução de problemas), quanto os conteúdos básicos da aprendizagem (como conhecimentos, habilidades, valores e atitudes), necessários para que os seres humanos possam sobreviver, desenvolver plenamente suas potencialidades, viver e trabalhar com dignidade, participar plenamente do desenvolvimento, melhorar a qualidade de vida, tomar decisões fundamentadas e continuar aprendendo. A amplitude das necessidades básicas de aprendizagem e a maneira de satisfazê-las variam segundo cada país e cada cultura, e, inevitavelmente, mudam com o decorrer do tempo.
>
> 2. A satisfação dessas necessidades confere aos membros de uma sociedade a possibilidade e, ao mesmo tempo, a responsabilidade de respeitar e desenvolver sua herança cultural, linguística e espiritual, de promover a educação de outros, de defender a causa da justiça social, de proteger o meio-ambiente e de ser tolerante com os sistemas sociais, políticos e religiosos que difiram dos seus, assegurando respeito aos valores humanistas e aos direitos humanos comumente aceitos, bem como de

> trabalhar pela paz e pela solidariedade internacionais em um mundo interdependente.
>
> 3. Outro objetivo, não menos fundamental, do desenvolvimento da educação é o enriquecimento dos valores culturais e morais comuns. É nesses valores que os indivíduos e a sociedade encontram sua identidade e sua dignidade.
>
> 4. A educação básica é mais do que uma finalidade em si mesma. Ela é a base para a aprendizagem e o desenvolvimento humano permanentes, sobre a qual os países podem construir, sistematicamente, níveis e tipos mais adiantados de educação e capacitação.
> (DECLARAÇÃO MUNDIAL SOBRE EDUCAÇÃO PARA TODOS, 1990)

A partir da Declaração Mundial sobre Educação para Todos (1990), fica disposto, portanto, que todos, independentemente de suas peculiaridades, precisam ter suas necessidades essenciais de aprendizagem satisfeitas e que o poder público tem o dever de mover recursos para que esse objetivo seja amplamente alcançado.

Propondo um enfoque abrangente, no parágrafo 1 do artigo 2 da Declaração, fica esclarecido que "[...] lutar pela satisfação das necessidades básicas de aprendizagem para todos exige mais do que a ratificação do compromisso pela educação básica" (DECLARAÇÃO MUNDIAL SOBRE EDUCAÇÃO PARA TODOS, 1990). Tal exposto no parágrafo 2 do artigo 3 e nos artigos 3 e 7 da Declaração, esse enfoque abrangente compreende os seguintes aspectos:

> - universalizar o acesso à educação e promover a equidade;
> - concentrar a atenção na aprendizagem;
> - ampliar os meios e o raio de ação da educação básica;
> - propiciar um ambiente adequado à aprendizagem;
> - fortalecer alianças.
>
> (DECLARAÇÃO MUNDIAL SOBRE EDUCAÇÃO PARA TODOS, 1990)

No sentido de se fortalecer a solidariedade internacional em busca da satisfação dessas necessidades de aprendizagem, a Declaração defende que essa é uma responsabilidade universal, já que implica, entre outras coisas, a correção das disparidades econômicas entre as nações.

Em seu artigo 3, que trata da universalização do acesso à educação e promoção da equidade, em seu quinto parágrafo, a Declaração aborda especificamente a questão das pessoas com deficiência e sua acessibilidade à educação:

> As necessidades básicas de aprendizagem das pessoas portadoras de deficiências requerem atenção especial. É preciso tomar medidas que garantam a igualdade de acesso à educação aos portadores de todo e qualquer tipo de deficiência, como parte integrante do sistema educativo.
> (DECLARAÇÃO MUNDIAL SOBRE EDUCAÇÃO PARA TODOS, 1990)

No âmbito da atual pesquisa e com referência ao trecho da Declaração acima citado, devemos compreender a importância de se estudarem formas de melhorar a acessibilidade para pessoas com deficiência visual na Biblioteca Central da UNIRIO, assim como em todas as bibliotecas universitárias do nosso país. Tornar as bibliotecas universitárias espaços acessíveis e inclusivos é uma medida efetiva e de indubitável importância na garantia da igualdade de acesso à educação às pessoas com deficiência, seja visual ou de qualquer outro tipo.

5.3 DECLARAÇÃO DE SALAMANCA (1994)

No período de 7 a 10 de junho de 1994, a cidade espanhola de Salamanca sediou a “Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade”.

> Esta Conferência teve como objetivo promover a educação para todos, analisando as mudanças fundamentais de política necessárias para favorecer o enfoque da educação integradora, capacitando as escolas para atender as crianças, principalmente as que tenham necessidades educativas especiais (BRASIL, CORDE, 1994 apud CORRÊA, 2010, p. 57).

O produto principal desta Conferência foi a Declaração de Salamanca (1994) que “consubstancia os princípios, a política e as práticas da integração das pessoas com necessidades educativas especiais” (CORRÊA, 2010, p. 57).

O documento da Declaração de Salamanca (1994) proclama que:

> • toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem,
> • toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas,
> • sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades,
> • aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades,
> • escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas provêem uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional.
> (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994)

Apesar de a Declaração de Salamanca dispor principalmente sobre as necessidades educativas especiais relativas às crianças e aos níveis básicos de ensino, seus princípios podem ser utilizados como parâmetro para guiar formas de estruturar a educação em todos os níveis de escolarização e para pessoas de todas as idades.

Isso porque a Declaração aborda questões inovadoras para a época sobre necessidades educativas especiais, educação inclusiva e diretrizes de ação no Plano Nacional (CORRÊA, 2010). Essas ideias são essenciais na evolução dos direitos da pessoa com deficiência ao acesso ao conhecimento científico produzido, tendo, portanto, relação direta com o presente estudo. Dentre essas ideias, podemos destacar:

- A política e as formas de organização;
- Os aspectos escolares;
- A formação do pessoal docente;
- Os serviços externos que servirão de apoio;
- As áreas prioritárias (educação pré-escolar, preparação para a vida adulta, educação continuada de adultos e de meninas);
- A participação da comunidade e os recursos necessários.

(DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994)

No que diz respeito à educação superior no Brasil, de acordo com os preceitos da Declaração de Salamanca (1994), deveríamos seguir uma política extensiva de educação inclusiva.

No que diz respeito ao ensino superior, o que precisamos pensar, portanto, é em tornar as instituições de graduação e pós-graduação espaços amplamente inclusivos e acessíveis, para que possam oferecer às pessoas com deficiência as mesmas possibilidades que são oferecidas a pessoa sem deficiência de desenvolvimento e aprendizagem.

As ideias acima apresentadas baseiam-se no texto da Declaração de Salamanca (1994), procurando transportá-lo para o contexto da educação superior no Brasil, os itens 10, da Seção I, 16 e 17, da Seção II, letra A, por exemplo, corroboram bem as considerações precedentemente apresentadas:

> 10. Países que possuam poucas ou nenhuma escola especial seriam, em geral, fortemente aconselhados a concentrar seus esforços no desenvolvimento de escolas inclusivas e serviços especializados - em especial, provisão de treinamento de professores em educação especial e estabelecimento de recursos adequadamente equipados e assessorados, para os quais as escolas pudessem se voltar quando precisassem de apoio - deveriam tornar as escolas aptas a servir à vasta maioria de crianças e jovens. A experiência, principalmente em países em desenvolvimento, indica

> que o alto custo de escolas especiais significa, na prática, que apenas uma pequena minoria de alunos, em geral uma elite urbana, se beneficia delas. A vasta maioria de alunos com necessidades especiais, especialmente nas áreas rurais, é, consequentemente, desprovida de serviços. De fato, em muitos países em desenvolvimento, estima-se que menos de um por cento das crianças com necessidades educacionais especiais são incluídas na provisão existente. Além disso, a experiência sugere que escolas inclusivas, servindo a todas as crianças numa comunidade são mais bem sucedidas em atrair apoio da comunidade e em achar modos imaginativos e inovadores de uso dos limitados recursos que sejam disponíveis. Planejamento educacional da parte dos governos, portanto, deveria ser concentrado em educação para todas as pessoas, em todas as regiões do país e em todas as condições econômicas, através de escolas públicas e privadas.
>
> [...]
>
> 16. Políticas educacionais em todos os níveis, do nacional ao local, deveriam estipular que a criança portadora de deficiência deveria frequentar a escola de sua vizinhança: ou seja, a escola que seria frequentada caso a criança não portasse nenhuma deficiência. Exceções a esta regra deveriam ser consideradas individualmente, caso-por-caso, em casos em que a educação em instituição especial seja requerida.
>
> 17. A prática de desmarginalização de crianças portadoras de deficiência deveria ser parte integrante de planos nacionais que objetivem atingir educação para todos. Mesmo naqueles casos excepcionais em que crianças sejam colocadas em escolas especiais, a educação dela não precisa ser inteiramente segregada. Frequência em regime não-integral nas escolas regulares deveria ser encorajada.
> Provisões necessárias deveriam também ser feitas no sentido de assegurar inclusão de jovens e adultos com necessidade especiais em educação secundária e superior, bem como em programa de treinamento. Atenção especial deveria ser dada à garantia da igualdade de acesso e oportunidade para meninas e mulheres portadoras de deficiências. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994.)

A Declaração de Salamanca (1994) também defende a possibilidade de escolas especiais servirem de apoio externo às instituições regulares de ensino, como podemos observar nos itens 47, 48 e 49, da Seção II, letra D, Serviços Externos de Apoio:

> 47. A provisão de serviços de apoio é de fundamental importância para o sucesso de políticas educacionais inclusivas. Para que se assegure que, em todos os níveis, serviços externos sejam colocados à disposição de crianças com necessidades especiais, autoridades educacionais deveriam considerar o seguinte:
>
> 48. Apoio às escolas regulares deveria ser providenciado tanto pelas instituições de treinamento de professores quanto pelo trabalho de campo dos profissionais das escolas especiais. Os últimos deveriam ser utilizados cada vez mais como centros de recursos para as escolas regulares, oferecendo apoio direto àquelas crianças com necessidades educacionais especiais. Tanto as instituições de treinamento como as escolas especiais podem prover o acesso a materiais e equipamentos, bem como o treinamento em estratégias de instrução que não sejam oferecidas nas escolas regulares.

> 49. O apoio externo do pessoal de recurso de várias agências, departamentos e instituições, tais como professor-consultor, psicólogos escolares, fonoaudiólogos e terapeutas ocupacionais, etc..., deveria ser coordenado em nível local. O agrupamento de escolas tem comprovadamente se constituído numa estratégia útil na mobilização de recursos educacionais, bem como no envolvimento da comunidade. Grupos de escolas poderiam ser coletivamente responsáveis pela provisão de serviços a alunos com necessidades educacionais especiais em suas áreas e (a tais grupos de escolas) poderia ser dado o espaço necessário para alocarem os recursos conforme o requerido. Tais arranjos também deveriam envolver serviços não educacionais. De fato, a experiência sugere que serviços educacionais se beneficiariam significativamente caso maiores esforços fossem feitos para assegurar o ótimo uso de todo o conhecimento e recursos disponíveis. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994)

De acordo com o que foi exposto, pode-se destacar a importância e a necessidade de se garantir a acessibilidade à informação em uma biblioteca de uma instituição de ensino superior. Pois, para que um aluno com deficiência visual, por exemplo, que é o foco desta pesquisa, possa, de fato, cursar a graduação ou pós-graduação, ele precisa ter recursos na própria universidade de forma a promover o acesso facilitado e adaptado ao conteúdo do curso que ele está fazendo.

A biblioteca universitária é uma das maiores fontes de informação e conhecimento para os estudantes da educação superior, principalmente em instituições públicas, onde nem sempre os alunos têm condições financeiras de buscar outros meios para ter acesso ao material de estudo. Desta forma, para que qualquer universidade seja considerada uma instituição de ensino inclusiva, deve possuir uma biblioteca que atenda às necessidades informacionais de seus alunos, professores e funcionários com deficiência.

Um grande entrave enfrentado pela maioria das instituições públicas de ensino brasileiras para tornar seus espaços acessíveis é a falta de alocação de verbas para aquisição dos recursos necessários; em relação a esse aspecto, a Declaração de Salamanca (1994) na Seção II, letra G, considera que:

> 68. O desenvolvimento de escolas inclusivas como o modo mais efetivo de atingir a educação para todos deve ser reconhecido como uma política governamental chave e dado o devido privilégio na pauta de desenvolvimento da nação. É somente desta maneira que os recursos adequados podem ser obtidos. Mudanças nas políticas e prioridades podem acabar sendo inefetivas a menos que um mínimo de recursos requeridos seja providenciado. O compromisso político é necessário, tanto a nível nacional como comunitário, para que se obtenham recursos adicionais e para que se reempreguem os recursos já existentes. Ao mesmo tempo em que as comunidades devem desempenhar o papel-chave de desenvolver escolas inclusivas, apoio e encorajamento aos governos também são essenciais ao desenvolvimento efetivo de soluções viáveis.

> 69.A distribuição de recursos às escolas deveria realisticamente levar em consideração as diferenças em gastos no sentido de se prover educação apropriada para todas as crianças que possuem habilidades diferentes. Um começo realista poderia ser o de apoiar aquelas escolas que desejam promover uma educação inclusiva e o lançamento de projetos-piloto em algumas áreas com vistas a adquirir o conhecimento necessário para a expansão e generalização progressivas. No processo de generalização da educação inclusiva, o nível de suporte e de especialização deverá corresponder à natureza da demanda.
> 70. Recursos também devem ser alocados no sentido de apoiar serviços de treinamento de professores regulares de provisão de centros de recursos, de professores especiais ou professores-recursos. Ajuda técnica apropriada para assegurar a operação bem-sucedida de um sistema educacional integrador também deve ser providenciada. Abordagens integradoras deveriam, portanto, estar ligadas ao desenvolvimento de serviços de apoio em níveis nacional e local.
> 71. Um modo efetivo de maximizar o impacto refere-se à união de recursos humanos institucionais, logísticos, materiais e financeiros dos vários departamentos ministeriais (Educação, Saúde, Bem-Estar Social, Trabalho, Juventude, etc.), das autoridades locais e territoriais e de outras instituições especializadas. A combinação de uma abordagem tanto social quanto educacional no que se refere à educação especial requererá estruturas de gerenciamento efetivas que capacitem os vários serviços a cooperar tanto em nível local quanto em nível nacional e que permitam que autoridades públicas e corporações juntem esforços.
> (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994)

Apesar de a Declaração de Salamanca tratar primordialmente da questão da inclusão em escolas, as diretrizes que ela propõe devem ser levadas em consideração para que possamos pensar caminhos de obter aquilo que é necessário para tornar a Biblioteca Central da UNIRIO uma biblioteca inclusiva e acessível.

As dificuldades na alocação de recursos não devem ser vistas como um impedimento para que, a partir da promoção da acessibilidade na biblioteca, possamos tornar a UNIRIO um espaço onde a Educação para Todos seja, de fato, possível.

6 DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO BRASIL

Conforme o Portal Nacional de Tecnologia Assistiva (2014): “A falta de informação e desconhecimento dos Direitos constitui-se na maior barreira na conquista da plena cidadania e inclusão social das pessoas com deficiência e idosos.” Por isso, para melhor embasar o estudo, nesta seção, serão apontados os principais direitos da pessoa com deficiência visual, começando por um breve histórico da inclusão das pessoas com deficiência, de um modo geral, no Direito brasileiro.

6.1 BREVE HISTÓRICO DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL

Antes da década de 1960, não havia nada no Direito Brasileiro que dispusesse sobre qualquer questão da pessoa com necessidades especiais.

Segundo Jaques (201-, p. 8), somente em 1967 foi feita a primeira menção a pessoas com deficiência no Direito brasileiro, com a expressão “educação dos excepcionais”. Ainda em 1967, a Emenda nº 12 à mesma Constituição de 1967 estabeleceu que as pessoas com deficiência teriam assegurada a melhoria de sua condição social e econômica.

> Posteriormente, a Emenda nº 12 à mesma Constituição de 1967 estabeleceu que as pessoas com deficiência teriam assegurada a melhoria de sua condição social e econômica especialmente mediante: educação especial e gratuita; assistência, reabilitação e reinserção na vida econômica e social do País; proibição de discriminação, inclusive quanto à admissão ao trabalho ou ao serviço público e a salários; possibilidade de acesso a edifícios e logradouros públicos. (JAQUES, 201-, p. 8.).

Contudo, foi só em 1988 que a Constituição Federal trouxe mudanças efetivas, que não apenas faziam referência às pessoas com deficiência.

“A Constituição Federal de 1988 assegurou à pessoa portadora de deficiência proteção no mercado de trabalho; reserva de vagas em concursos públicos; assistência social; educação; dignidade humana e cidadania.” (JAQUES, 201-, p. 8)

Desde 1988 muitas outras leis foram aprovadas a fim de garantir a melhoria da qualidade de vida e os direitos dessa parcela da população.

6.2 DISPOSIÇÕES SOBRE A INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA À SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO NA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA

De acordo com o Portal de Tecnologia Assistiva (2014), os artigos e parágrafos da Constituição Brasileira de 1988 que abordam a questão das pessoas com deficiência são: arts. 7º, XXXI; 23, II; 24, XIV; 37, VIII; 40, §4º, I; 201, §1º; 203, IV, V; 208, III; 227, §1º, II, §2º; 244. Contudo, a partir da análise da própria Constituição Federal, foram elencados aqueles que se mostraram congruentes com a temática da pesquisa. Estes serão transcritos e comentados a seguir:

> Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:
> [...]
> II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência.
> (BRASIL. Palácio do Planalto,1988.)

Como pode-se observar, o art. 23, caput II, trata da responsabilidade da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios no que concerne a saúde, assistência pública, proteção e garantia das pessoas com deficiência. Fazendo uma leitura um tanto singela, podemos dizer que garantir o acesso à informação é uma forma de se cuidar da saúde e segurança das pessoas com deficiência, pois, quanto mais conhecimento temos, mais nos tornamos capazes de identificar problemas e buscar meios de alcançar o nosso próprio bem-estar.

> Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:
> XIV - proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência;
> (BRASIL. Palácio do Planalto,1988.)

O art. 24, caput XIV, da Constituição Brasileira dispõe sobre a proteção e inclusão social das pessoas com deficiência. Haveremos de convir que grande parte da inclusão social e da proteção dessas pessoas depende de sua inserção na sociedade da informação. Muitas vezes, deficientes visuais deixam de ser respeitados nos mais diversos ambientes por, devido à falta de acesso à informação e ao conhecimento produzido, terem sido criados como pessoas inválidas, incapazes de exercer qualquer atividade. Essas pessoas são injustamente discriminadas e acabam ficando vulneráveis a indivíduos mal intencionados. É necessário que as pessoas com deficiência em geral tenham meios de ter acesso à informação, à educação, porque

eles podem e precisam desenvolver suas capacidades, interagir socialmente e saber como se defender dos percalços da vida.

> Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:
> IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária
> V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei. (BRASIL. Palácio do Planalto,1988.)

O art. 203 dispõe sobre a assistência social; em seu parágrafo IV, trata da questão muito importante da garantia da habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e sua inclusão à vida comunitária e no V sobre a garantia de um salário mensal às pessoas com deficiência e idosos.

O respeito a esse direito é extremamente relevante quando se trata da inclusão do deficiente visual na sociedade da informação, porque o acesso à educação e à informação, ainda que venha de órgãos públicos, precisa de insumos para se manter com qualidade. Pessoas com deficiência já costumam ter maiores gastos e, muitas vezes, precisam ser subsidiadas para que possam ser, de fato, incluídas à vida comunitária quanto à sociedade da informação.

> Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:
> [...]
> III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL. Palácio do Planalto,1988.).

O art. 208, caput III, dispõe sobre o dever do Estado em relação ao atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. Analogamente, poderíamos dizer que, em relação a bibliotecas e centros de documentação, o atendimento especializado deveria ser preferencial nas instituições de ensino públicas. Pois, por serem as principais responsáveis pela educação de jovens e adultos no país, não podem estar despreparadas para atender também aos deficientes visuais em suas necessidades; essa parcela da população tem o direito de ter acesso à educação tanto como qualquer outra.

> Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 2010)
>
> § 1º O Estado promoverá programas de assistência integral à saúde da criança, do adolescente e do jovem, admitida a participação de entidades não governamentais, mediante políticas específicas e obedecendo aos seguintes preceitos: (Redação dada Pela Emenda Constitucional nº 65, de 2010) [...]
>
> II - criação de programas de prevenção e atendimento especializado para as pessoas portadoras de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente e do jovem portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de obstáculos arquitetônicos e de todas as formas de discriminação. (Redação dada Pela Emenda Constitucional nº 65, de 2010)
>
> § 2º - A lei disporá sobre normas de construção dos logradouros e dos edifícios de uso público e de fabricação de veículos de transporte coletivo, a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência. (BRASIL. Palácio do Planalto,1988.)

O art. 227 dispõe sobre uma série de deveres da família, da sociedade e do Estado em relação à garantia dos direitos da criança, do jovem e ao adolescente. Seu parágrafo 1º, II, e parágrafo 2º tratam principalmente da criação de programas e medidas que garantam a acessibilidade do jovem com deficiência, a integração social desse jovem, entre outras ações que possibilitem a melhoria de sua qualidade de vida. Tanto o acesso ao local físico da biblioteca universitária, quanto o acesso à informação podem ser garantidos através da efetivação desse direito, que é de vital importância para que tais direitos garantidos a todo jovem sejam, de fato, postos em prática.

6.3 DIREITO À INFORMAÇÃO POR PARTE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA VISUAL

Sendo muito ampla a legislação referente aos direitos dos deficientes visuais, com base nas informações colhidas no site Portal da Educação (2014), no site da Secretaria de Direitos Humanos (2014) e no *site* do IBC (2014), julgou-se por bem sintetizar aqui algumas das leis que regem a acessibilidade das pessoas com deficiência visual à educação e, consequentemente, à informação.

De acordo com o Portal da Educação (2014), com referência aos deficientes visuais especificamente, em 24 de outubro 1989, foi aprovada uma lei muito relevante nessa seara, a Lei nº 7.853, porque dispõe sobre a acessibilidade às pessoas com

deficiências visuais em diversos meios, sua inclusão social, inserção no mercado de trabalho e educação.

Ainda segundo o Portal da Educação (2014), no mesmo ano foi também aprovada a Lei nº 7.853/89, que aborda os direitos e deveres dos portadores de deficiências, estabelecendo que em todo o território brasileiro sejam promovidas ações para melhorar sua qualidade de vida, saúde, educação, trabalho e lazer.

Alguns anos mais tarde, isto é, em dezembro de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, veio garantir a escolaridade gratuita a todos em seu Capítulo V, nos artigos 58, 59 e 60. Através dessa lei, as pessoas com deficiência visual tiveram assegurados o acesso à escolaridade em todos os níveis de ensino e currículos direcionados para atender o público com necessidades educativas especiais (Portal da Educação, 2014).

Três anos depois, o Decreto Federal nº 3.298/99 regulamentou a Lei nº 7.853, trazendo a garantia de direitos legais a todos os brasileiros portadores de necessidades especiais, residentes no Brasil, isto é, as pessoas com deficiência passaram a ter assegurados os seus direitos à educação, saúde, lazer, trabalho, desporto, turismo, transporte, construções públicas, habitação, cultura, etc. (Portal da Educação, 2014).

Posteriormente, a Resolução CNE nº 02, de 11 de setembro de 2001, definiu as Diretrizes para Educação Especial na Educação Básica, garantindo legislativamente a acessibilidade aos alunos com deficiência em todos os níveis de escolaridade. E, em 7 de dezembro de 2003, a Portaria nº 3.284 regulamentou a acessibilidade ao ensino superior para portadores de deficiências (Portal da Educação, 2014).

> PORTARIA N.º 319, de 26 de fevereiro de 1999.
>
> O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições e considerando o interesse do Governo Federal em adotar, para todo o País, uma política de diretrizes e normas para o uso, o ensino, a produção e a difusão do Sistema Braille, em todas as modalidades de aplicação, compreendendo especialmente a Língua Portuguesa, a Matemática e outras Ciências, a Música e a informática; considerando a permanente evolução técnico-científica que passa a exigir sistemática avaliação, alteração e modificação dos códigos e simbologia Braille, adotados nos Países de língua portuguesa e espanhola; e, finalmente, considerando a necessidade do estabelecimento de permanente intercâmbio com comissões de Braille de outros países, de acordo com a política de unificação do Sistema Braille, a nível internacional (BRASIL, 1999 apud IBC, 2014).

Ao estabelecer requisitos de acessibilidade tanto a locais físicos, quando à informação, essa portaria constituiu-se em um grande avanço na garantia dos direitos dos deficientes.

Conforme exposto precedentemente, tivemos avanços significativos na área jurídica no que tange à garantia dos direitos à informação das pessoas com deficiência no Brasil; contudo, já se passaram 21 anos desde que nosso país foi signatário da Declaração de Salamanca (1994), e pouco do que foi regulamentado pelas leis e tratados internacionais a respeito da inclusão e acessibilidade se fez efetivo em todas as regiões brasileiras.

De acordo com Ferreira (2015), dois fatos políticos que podem ser considerados recentes significaram, ao invés de um avanço, um retrocesso na garantia da igualdade de acesso, participação e aprendizagem (FERREIRA, 2007 apud FERREIRA, 2015) da pessoa com deficiência no sistema de ensino regular:

> 1º) O lançamento da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008 apud FERREIRA, 2015).
> 2º) A súbita extinção da Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação em 2012 (FERREIRA, 2015).

Para o autor, o objetivo central dessa política é a questão da implantação das salas de recursos multifuncionais (SRM) nas escolas brasileiras, onde o Atendimento Educacional Especializado (AEE) é oferecido aos estudantes com deficiência para que suas necessidades educacionais sejam supridas.

Contudo, conforme argumenta aquele pesquisador:

> Essa política criou nas escolas um nicho excludente e estigmatizador do estudante com deficiência, ao mesmo tempo em que submergiu as redes de ensino (municipais e estaduais) em graves problemas de caráter estrutural e organizacional. Estrutural porque não há, no país, um número suficiente de professores/as de educação especial, apropriadamente qualificados, para dar conta das várias barreiras existentes no espaço escolar (atitudes preconceituosas, discriminatórias, práticas de ensino tradicionais que não consideram a diversidade de estilos de aprendizagens, tempos e processos avaliativos padronizados) que, convém enfatizar, vão muito além das necessidades educacionais de estudantes com deficiência. Organizacional, porque, se for considerada a dimensão continental do país, as escolas brasileiras estão longe de disponibilizar os 'recursos e os meios necessários à inclusão educacional de alunos/as com necessidades educacionais', conforme definidos na Política Nacional de Educação Especial, na perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL 2008 apud FERREIRA 2015), e prometidos pelo governo federal (FERREIRA, 2015).

Ao criar esse nicho excludente citado por Ferreira (2015), essa política acaba agindo, na verdade, na contramão da inclusão. Em seu modo de ver, uma orientação política como essa, que destina às pessoas com deficiência um local separado dos espaços das pessoas sem deficiência, “[...]está fortalecendo novamente o modelo médico da deficiência, em um momento histórico em que o modelo social é considerado baseado nos direitos humanos” (Ferreira, 2015).

No que concerne à acessibilidade no ensino superior, desde 2005 o Programa Incluir – acessibilidade na educação superior, executado por meio da parceria entre a Secretaria de Educação Superior - SESu e a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI, é responsável por fomentar a criação de núcleos de acessibilidade nas universidades federais “os quais respondem pela organização de ações institucionais que garantam a integração de pessoas com deficiência à vida acadêmica, eliminando barreiras comportamentais, pedagógicas, arquitetônicas e de comunicação” (Brasil, 2015).

Pode-se observar que há, portanto, propostas que assegurem o acesso das pessoas com deficiência ao ensino superior; as universidades federais do Rio de Janeiro já possuem, inclusive, seus núcleos de acessibilidade, a saber:

- Núcleo de Acessibilidade e Inclusão – Sensibiliza, da Universidade Federal Fluminense (UFF, 2015).
- Núcleo Pró-Acesso, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, 2015).
- NAIRURAL RJ, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ, 2015).
- Núcleo de Acessibilidade e Inclusão da UNIRIO (Segundo autoridade da instituição).

Contudo, ainda há muito que ser feito na perspectiva da educação inclusiva. Tornar as bibliotecas acessíveis, por exemplo, tanto em escolas quanto em instituições de ensino superior é uma maneira prática de reverter a exclusão causada por políticas excludentes como as das SRM.

Afinal, as bibliotecas são espaços que podem ser utilizados por todos, sem distinções. E, ao se tornarem espaços acessíveis e inclusivos, podem operar ainda melhor do que uma SRM, já que, além de poderem conter todos os recursos que uma sala como essa poderia ter e ainda dispor de profissionais especializados, funcionam como um espaço de interação social para todos.

7 UM ENFOQUE DA BIBLIOTECA CENTRAL DA UNIRIO COMO *LOCUS* DA PESQUISA

À luz do artigo "*Organizações como fontes de informação*", publicado por Campello (2000), a Biblioteca Central da UNIRIO pode ser classificada como uma organização educacional e de pesquisas. Organizações dessa categoria são fontes de informação muito significativas, já que têm como produtos um imenso volume de documentos técnicos em suas especialidades.

A Biblioteca Central está localizada na Avenida Pasteur 436, Urca – Rio de Janeiro. Abrange a Biblioteca Central do Centro de Letras e Artes, a Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas e Sociais, parte do acervo da Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, a biblioteca do Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas, a Biblioteca Infanto-Juvenil (BIJU), além de diversas coleções especiais.

De acordo com trecho do artigo de Mazzoni et al., 2001:

> As bibliotecas universitárias estão diretamente ligadas à qualidade dos cursos de suas universidades, sejam eles de graduação ou de pós-graduação. Tradicionalmente são um dos itens avaliados quando da aprovação e reconhecimento dos cursos. As bibliotecas das instituições de ensino superior passaram a ser alvo de atenção explícita do MEC, sob os aspectos de acessibilidade, a partir de 1999, quando da publicação da Portaria nº 1.679, a qual dispõe sobre a exigência de requisitos de acessibilidade para pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, bem como de credenciamento de instituições.
> O artigo primeiro desta Portaria determina que sejam incluídos nos instrumentos destinados a avaliar as condições de oferta de cursos superiores, para fins de sua autorização e reconhecimento e para fins de credenciamento de instituições de ensino superior bem como para sua renovação, conforme as normas em vigor, requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de necessidades especiais. Além da Norma Brasil 9050, da Associação Brasileira de Normas Técnicas, que trata da "Acessibilidade de Pessoas Portadoras de Deficiências e Edificações, Espaço, Mobiliário e Equipamentos Urbanos", outras indicações são feitas para um correto atendimento às pessoas em situações de deficiência física, deficiência visual e deficiência auditiva.
> Dentro da estrutura de uma biblioteca universitária, a acessibilidade envolve tanto aspectos urbanísticos (estacionamento, caminhos de acesso etc.), como aspectos arquitetônicos (iluminação, ventilação, espaço para circulação entre ambientes, banheiros, rampas adequadas etc.) e aspectos de informação e comunicação (sinalização, sistemas de consulta e empréstimos, tecnologia de apoio para usuários portadores de deficiências, sistemas para acesso remoto etc.) Qualificando todos os aspectos anteriores se encontram os aspectos atitudinais – como as pessoas compreendem e constroem o processo de acessibilidade –, o que pode valorizar ou degradar os projetos originais.

Levando em consideração os aspectos precedentemente citados, e o fato de que a UNIRIO é herdeira do centenário primeiro curso de Biblioteconomia do Brasil, fundado pela Biblioteca Nacional no dia 10 de abril de 1915, era de se esperar que sua Biblioteca Central fosse um exemplo de acessibilidade e inclusão.

No que concerne à universidade como um todo, visando à inclusão, a mobilização da UNIRIO na área de Educação Especial ganhou força em 1998, com a resolução nº 1.940, de 14 de julho de 1998, que dispõe sobre a política de educação especial na UNIRIO. Desde então, a universidade vem atuando,

> [...] seja com a inclusão da disciplina Fundamentos da Educação Especial no Curso de Pedagogia, seja com a oferta de atividades de atualização e de Cursos de Especialização. A partir do edital MEC/01, de 16 de dezembro de 2005, Chamada pública para seleção de pólos municipais de apoio presencial, e de cursos superiores de Instituições Federais de Ensino Superior na modalidade de Educação a Distância para o "Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB", a UNIRIO propôs o seu primeiro curso de Especialização a Distância na área da Educação Especial. (UNIRIO, CEAD – 2015)

Contudo, a acessibilidade tanto física quanto aos recursos informacionais da Biblioteca Central da UNIRIO às pessoas com deficiência e necessidades especiais, (imprescindível para que se mantenha a boa qualidade do ensino), é ainda um tanto precária.

7.1 MISSÃO DA BIBLIOTECA CENTRAL E A ACESSIBILIDADE

A missão da Biblioteca Central é:

> [...] fornecer apoio informacional ao desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa, extensão considerando todos os campos de atuação da UNIRIO. Para tanto, deve cuidar do patrimônio informacional da Universidade, selecionando, adquirindo, processando, tornando disponível e garantindo o acesso e a preservação dessa informação, esteja ela registrada em qualquer tipo de suporte. (BIBLIOTECA CENTRAL DA UNIRIO, 2012)

Segundo o Plano de Desenvolvimento Institucional da UNIRIO: 2012-2016 (UNIRIO, 2011, p.17), são objetivos gerais da universidade:

> I. Produzir, difundir e preservar o saber em todos os campos do conhecimento;

> II. Formar cidadãos com consciência humanista, crítica e reflexiva, comprometidos com a sociedade e sua transformação, qualificados para o exercício profissional;
> III. Propiciar e estimular o desenvolvimento de pesquisas de base e aplicada, especialmente as vinculadas aos programas de Pós-Graduação stricto sensu;
> IV. Estender à sociedade os benefícios da criação cultural, artística, científica e tecnológica gerada na instituição;
> V. Manter intercâmbio com entidades públicas, privadas, organizações e movimentos sociais.

Nesse contexto, é licito dizer que é necessário que a BC da UNIRIO esteja em condições de receber e atender toda a comunidade acadêmica, independentemente de suas particularidades, de modo que todas essas metas possam ser alcançadas e que a biblioteca seja um espaço de inclusão. Convém, a propósito, salientar que, segundo Freire (2008 apud BORGES et al., 2014):

> A inclusão é um movimento educacional, mas também social e político que vem defender o direito de todos os indivíduos participarem, de uma forma consciente e responsável, na sociedade de que fazem parte, e de serem aceitos e respeitados naquilo que os diferencia dos outros.

Isso implica desenvolver projetos para atender às pessoas com necessidades educacionais especiais, satisfazer às suas demandas, atraindo esse público para dentro da biblioteca e do espaço universitário.

7.2 USUÁRIOS

De acordo com dados colhidos nos questionários aplicados aos profissionais da BC da UNIRIO, professores, funcionários, alunos e visitantes externos são os usuários atendidos na biblioteca, em geral, são cerca de 2.000 usuários reais, isto é, com inscrição ativa, variando um pouco para mais ou para menos dependendo do período do ano, já que os cadastros precisam ser renovados e atualizados a cada semestre.

Para fins estatísticos, ao adentrar a biblioteca, todos os usuários devem assinar um caderno de frequência na recepção. Para enriquecimento dessa pesquisa, foi autorizada a observação desse caderno, e, através dele, pode-se constatar que diariamente há a ocorrência de 230 usuários, em média, na BC da UNIRIO. Nos dias de provas, a biblioteca recebe um maior número, podendo até duplicar.

O quadro a seguir, fornecido pela BC da UNIRIO, representa em números a comunidade atendida no início de junho de 2015:

Quadro 2 – Comunidade atendida

Comunidade SIBI/UNIRIO		
Inscritos nas Bibliotecas (BC, CCET, CCH e CLA)		**Comunidade UNIRIO**
Aluno de graduação	1169	13.912
Aluno de pós-graduação	151	1.798
BIJU	118	119
Docentes	96	865
Técnicos	72	1.120
Total	**1.606**	**17.814**

Fonte: Biblioteca Central da UNIRIO (2015)

Como se pode observar, em relação à comunidade acadêmica da UNIRIO como um todo, a Biblioteca Central atende a um número extremamente pequeno de usuários correntes: aproximadamente **9,01%** do total.

Segundo informações obtidas através dos questionários aplicados, desse pequeno número de usuários, um número ainda menor corresponde ao número de usuários com deficiência visual, que são o foco dessa pesquisa. Inscritos na Biblioteca Central existem apenas dois usuários com deficiência visual, sendo eles um docente e uma discente de graduação.

7.2.1 Atendimento aos usuários

A Divisão de Atendimento ao Usuário (DAU) é o setor responsável pelo atendimento aos usuários da Biblioteca Central da UNIRIO. Atualmente, está localizada em uma sala no primeiro andar do prédio da biblioteca, logo na entrada, com janelas de vidro com vista para o acervo. Os usuários possuem livre acesso à essa sala, podendo entrar sem bater para obter ajuda em suas necessidades, já que a DAU tem como objetivo auxiliar os usuários em suas demandas por informações,

sejam usuários universitários ou da comunidade em geral. Isso se dá tanto por meio presencial quanto em linha, ou ainda, via telefone.

Essa divisão, por lidar com questões de necessidades informacionais, fica responsável pelo direcionamento dos usuários quando utilizam do acervo físico e/ou digital, auxílio no uso de normas da ABNT, cursos/treinamentos, empréstimos locais e entre bibliotecas, além de demandas mais específicas, onde o direcionamento e orientação do usuário não bastam e faz-se necessária uma intervenção mais direta.

De acordo com as respostas obtidas nos questionários aplicados nessa pesquisa, os funcionários da biblioteca não são treinados para atender usuários com deficiência visual; apesar disso, há um grande comprometimento, não só dos bibliotecários da DAU, mas também de todos os que atuam na biblioteca (inclusive os alunos da universidade), para que esses usuários possam ter melhor acesso ao espaço e seus recursos informacionais.

O seguinte depoimento é o de uma das bibliotecárias responsáveis pelo setor de referência, e ilustra de forma bem clara como é feito o atendimento aos usuários com deficiência visual ou baixa visão na Biblioteca Central da UNIRIO:

> O atendimento dos usuários com deficiência visual é realizado com bastante colaboração por parte dos guardas, funcionários do setor de limpeza, e também por alunos que fazem a gentileza de guiar estes usuários por meio dos espaços da Biblioteca e da Universidade em direção ao atendimento da biblioteca visto que há falta de acessibilidade para a chegada dos usuários.
> Os funcionários da Divisão de Referência buscam auxiliar estes usuários com o atendimento personalizado na pesquisa, dentro das possibilidades da instituição. Exemplo disso está na entrevista de referência; pois, a estes usuários, é feita a busca de obras no acervo e quando é solicitado, é feita a leitura do sumário das obras; e o prazo de empréstimo das obras fica a critério do que é mais cômodo para o usuário. [...] A estes usuários é permitido que retirem para empréstimo até as obras de consulta (que não saem da biblioteca). Pois, temos o entendimento que este usuário poderá fazer a leitura independente deste material no espaço da biblioteca do Instituto Benjamin Constant.

Conforme o depoimento supracitado e entrevista feita com uma das usuárias com deficiência visual da Biblioteca Central da UNIRIO, foi possível notar que, apesar dos funcionários atuarem de modo a facilitar o acesso das pessoas com deficiência, a falta de treinamento e recursos constitui um enorme entrave para que esses usuários tenham suas necessidades informacionais devidamente atendidas.

De acordo com relato da usuária com deficiência visual na entrevista para esta pesquisa, a fim de poder ter acesso aos textos disponíveis na Biblioteca Central, usuários cegos, por exemplo, precisam providenciar por si só os recursos; só podendo

ler esses documentos com o auxílio de seus ledores particulares ou levando-os para serem traduzidos em equipamentos de tecnologia assistiva disponíveis no IBC.

7.3 ESPAÇO FÍSICO, RECURSOS TECNOLÓGICOS E SINALIZAÇÃO

Nesta subseção, foi traçado um breve panorama da realidade em que se encontra a Biblioteca Central da UNIRIO no que diz respeito aos seus recursos tecnológicos e arquitetônicos, procurando, a partir daí, identificar seus pontos fortes e fracos em relação à acessibilidade que, presentemente, oferece aos usuários com deficiência visual.

7.3.1 Espaço físico

Segundo dados fornecidos pela BC da UNIRIO, a biblioteca ocupa um prédio que pode ser descrito como grande e agradável, embora os investimentos em sua manutenção deixem um tanto a desejar. É constituído por dois andares e possui 1.893,42 m² de área construída, sendo 718,16 m² destinados ao acervo e 495,74 m² aos usuários. Contudo, todo esse espaço não é suficiente para abrigar todas as bibliotecas setoriais da UNIRIO das quais ela se ocupa.

Apesar deste não ser um problema exclusivo da Biblioteca Central, na entrevista feita com a usuária com deficiência visual, bem como no questionário aplicado aos bibliotecários, foi constatado que as condições de acessibilidade à biblioteca para pessoas com deficiência visual desde a rua até o local de atendimento são insuficientes. Não há sinalização sonora no semáforo mais próximo à biblioteca e, apesar de haver rampa para acesso à entrada principal, já equipada com piso tátil de alerta, o terreno ao redor é acidentado e sem sinalização tátil direcional alguma.

No interior da Biblioteca, pode-se observar que as condições de acessibilidade física também não são muito melhores. Em seu primeiro andar, onde encontram-se: a entrada da Biblioteca Central, a Biblioteca Infanto-Juvenil (BIJU), a sala do Setor de Atendimento ao Usuário e o acervo de obras gerais, não há qualquer tipo de sinalização para orientação espacial das pessoas com deficiência visual.

A recepção da biblioteca pode ser considerada parcialmente acessível, já que, de acordo com dados colhidos no questionário aplicado, é equipada com um sistema antifurto com alarme sonoro em sua entrada que não interfere em aparelhos de surdez

marca passos e demais aparelhos médios de rádio frequência. No espaço da recepção também se encontram escaninhos para a guarda de bolsas, mochilas e outros pertences dos usuários e extintores de incêndio, mas a localização dos mesmos não é sinalizada. O problema da sinalização é ligeiramente minimizado, porém, devido à presença constante do pessoal da segurança no local, que faz a verificação dos livros emprestados no momento em que os usuários vão deixar a biblioteca e também acaba se tornando responsável por auxiliar na orientação dos usuários com deficiência visual.

A partir das informações obtidas através do questionário aplicado, o segundo andar também pode ser considerado parcialmente acessível, apesar da falta de sinalização nas escadas e em todo o seu espaço, conta com um elevador, que facilita o acesso às pessoas com problemas de mobilidade. Todavia, em visita à biblioteca, pode-se constatar que o elevador também não conta com nenhum tipo de sinalização tátil, o que dificulta a acessibilidade para pessoas com deficiência visual.

As precárias condições de acessibilidade para pessoas com deficiência visual ao segundo andar do prédio é um problema sério a ser considerado, visto que é um espaço extremamente útil à comunidade acadêmica, pois nele se localizam a Fonoteca, a sala Santander – sala de informática aberta aos usuários –, a Sala Multimídia (espaço que muitas vezes é utilizado para que sejam ministrados os minicursos oferecidos pela biblioteca ou ocupado por professores da universidade para suas aulas), um espaço para leitura com três cabines de estudo e a parte da administração.

A observação empírica da biblioteca permitiu constatar que o mobiliário da biblioteca pode ser considerado razoavelmente acessível, pois não oferece grandes problemas de utilização para pessoas com dificuldades diversas, entretanto a sua localização também não é sinalizada. O espaço físico entre a mobília é, em sua maioria, satisfatório, atendendo razoavelmente às necessidades de pessoas com problemas de mobilidade; que precisem passar entre eles, por exemplo, com uma cadeira de rodas; contudo, o espaço entre as estantes é ainda um tanto estreito e falta sinalização adequada.

A Biblioteca Central, presentemente, conta com o seguinte mobiliário:

Quadro 3 – Mobiliário

Mobiliário da Biblioteca Central					
	Mesas para grupos	**Cadeiras**	**Mesas individuais**	**Bancos/ Sofás/ Poltronas**	**Estantes**
Salão Principal	11	37	**6**	2	116
Salão de Periódicos e Trabalhos Acadêmicos	6	40	2	0	70
2º Andar	0	4	4	4	0

Fonte: Biblioteca Central da UNIRIO (2015)

7.3.2 Recursos tecnológicos

A Biblioteca Central não possui ainda nenhum recurso de tecnologia assistiva que possa facilitar o acesso à informação por parte de pessoas com deficiência visual, algumas iniciativas já foram realizadas, porém, para que essa situação comece a mudar. Conforme informado pela direção, em breve a Biblioteca receberá um scanner específico para possibilitar o acesso à informação disponível por parte dos usuários cegos. Atualmente, porém, a Biblioteca Central conta apenas com os seguintes equipamentos e softwares:

Quadro 4 – Recursos de informática

Quadro de recursos de informática da Biblioteca Central da UNIRIO	
Software de Gerenciamento de Bibliotecas	Sophia
Terminais de consulta à web	2 computadores
Balcão de atendimento	2 computadores e 1 notebook
Sala Santander	15 computadores

Fonte: Biblioteca Central da UNIRIO (2015)

A climatização da biblioteca é feita por aparelhos de ar-condicionado distribuídos por todo seu espaço. Em relação à tecnologia para a segurança, câmeras de segurança estão sendo testadas em algumas partes da Biblioteca.

7.3.3 Sinalização

Como exposto na descrição do espaço físico (item 7.3.1), a Biblioteca Central da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro não possui recursos de sinalização adequados para pessoas com deficiência visual. Os requisitos da norma 9050 da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT não têm sido contemplados, visto que a biblioteca não dispõe dos seguintes itens:

- Equipamentos e *softwares* de tecnologia assistiva;
- Sinalização tátil interna – de localização em corrimãos e elevadores de informação (para a identificação de acervo ou leitura de informativos dispostos pela biblioteca);
- Piso tátil ou podotátil (Direcional e Alerta);
- Terminal de atendimento preferencial sinalizado;
- Mapa tátil da biblioteca.

8 PROPOSTAS PARA A MELHORIA DA ACESSIBILIDADE

A partir dos problemas observados, sugerimos uma avaliação técnica e arquitetônica da Biblioteca Central da UNIRIO, que leve em consideração:

- Instalação de sinalização tátil, visual e sonora adequada;
- Criação de um terminal de atendimento preferencial;
- Aquisição de equipamentos e softwares de tecnologia assistiva;
- Treinamento dos funcionários para o atendimento às pessoas com deficiência visual.
- Disponibilização de profissionais ledores.

8.1 IMPLEMENTAÇÃO DE UMA SINALIZAÇÃO ADEQUADA

Conforme a NBR 9050 – ABNT, a sinalização tátil é realizada através de caracteres em relevo, Braille ou figuras em relevo.

Constatou-se que na BC da UNIRIO há diversas placas e avisos que não se adequam às recomendações da ABNT. Essas placas variam de avisos simples a informes de maior importância que deveriam seguir as proposições da norma.

Figura 11 – Informes da entrada da sala do Setor de Atendimento ao Usuário

Fonte: Autoria própria (2015)

Figura 12 – Informes dos terminais de consulta

Fonte: Autoria própria (2015)

Figura 13 – Informe do que não é permitido na biblioteca

Fonte: Autoria própria (2015)

Figura 14 – Informe de deixar as obras sobre a mesa

Fonte: Autoria própria (2015)

Figura 15 – Informe da porta do banheiro feminino

Fonte: Autoria própria (2015)

Figura 16 – Informe do laboratório de computadores

Fonte: Autoria própria (2015)

Figura 17 – Placas de aviso dos assuntos das obras nas estantes

Fonte: Autoria própria (2015)

Essas sete figuras selecionadas são exemplos de informes da BC da UNIRIO que poderiam se adequar às normas da ABNT com o uso de Braille e das figuras em relevo; na biblioteca há muitos outros informes e todos nesse mesmo formato, que é inadequado às pessoas com deficiência visual.

Figura 18 – Elevador sem sinalização

Fonte: Autoria própria (2015)

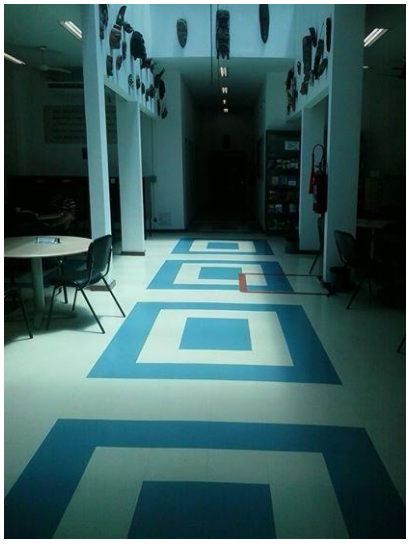
Como pode se observar na Figura 18, o elevador da BC da UNIRIO não possui sinalização tátil em Braille ou relevo, contudo, em visita se constatou que dispõe de sinalização sonora que alerte quanto à chegada ao andar. Mesmo essa sinalização sonora poderia ser melhorava, posto que não identifica verbalmente o andar no qual o elevador parou.

O piso da biblioteca também deve se adequar de modo a guiar o usuário com deficiência visual aos banheiros, à escada e aos terminais de consulta.

Figura 19 – Entrada principal e balcão da recepção

Fonte: Autoria própria (2015)

Figura 20 – Salão de leitura, espaço entre as mesas

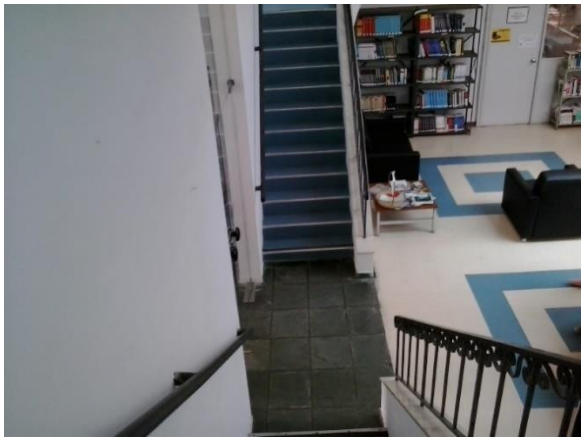


Fonte: Autoria própria (2015)

Figura 21 – Terminais de Consulta

Fonte: Autoria própria (2015)

Figura 22 – Escadas (com foco onde começam)



Fonte: Autoria própria (2015)

Figura 23 – Escadas (com foco onde terminam)

Fonte: Autoria própria (2015)

Como se pode observar através das fotografias, o piso da BC da UNIRIO não é adequado para que uma pessoa com deficiência visual possa se locomover com segurança pela biblioteca, ele deveria guiar o usuário para o terminal de atendimento e para as escadas, além disso, os degraus também deveriam conter uma sinalização tátil de segurança.

Conforme ilustrado na figura a seguir (fotografia tirada durante a visitação) os corrimãos das escadas na BC da UNIRIO também não são sinalizados, de acordo com a norma 9050 da ABNT, eles deveriam ser envolvidos por anéis:

Figura 24 – Corrimão

Fonte: Autoria própria (2015)

Outro tipo de sinalização útil a pessoas com deficiência visual que deveria haver na BC da UNIRIO e ainda não há é a sonora de alerta, que pode ser utilizada em ocorrências de risco à vida dos usuários como incêndios.

8.2 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE TECNOLOGIA ASSISTIVA

Na seção sobre tecnologia assistiva, foram apresentados alguns dos equipamentos que seriam ideais para que usuários com deficiência visual pudessem ter o mais amplo acesso à informação em uma biblioteca, entretanto, conforme já explicitado, nenhum desses equipamentos e *softwares* estão disponíveis atualmente na Biblioteca Central da UNIRIO.

Entende-se que muitos dos recursos tecnológicos citados não possam ser adquiridos no momento presente pela biblioteca, devido à falta de alocação de verbas para compra de equipamentos ou outras adaptações necessárias; contudo, alguns desses recursos são imprescindíveis aos usuários com deficiência visual e sua aquisição deveria ser considerada com mais atenção, sendo eles:

- Leitor autônomo ou scanner (já em processo de aquisição)
- Máquina de Escrever Braille
- Impressora Braille
- Lupa eletrônica
- Ledores
- Programas de tecnologia assistiva para os computadores, como: DOSVOX, Braille Fácil e Musibraille.

É de enorme importância que pelo menos alguns desses recursos sejam adquiridos imediatamente para que se garanta o mínimo de acessibilidade para os usuários com deficiência visual na Biblioteca Central da UNIRIO.

Existem outros programas para computador que auxiliam e muito na acessibilidade de pessoas com deficiência visual à informação, contudo, buscando apontar soluções rápidas e de baixo custo, foram escolhidos os softwares acima, já que são todos de distribuição livre e gratuita.

O DOSVOX é essencial para garantir a acessibilidade digital das pessoas com deficiência visual no espaço universitário, o Braille Fácil para tornar mais simples a

impressão de textos em Braille tanto por parte dos usuários, quanto por parte dos profissionais da própria biblioteca. E o Musibraille para garantir à acessibilidade à informação musical, já que a Biblioteca Central dispõe de um vasto acervo de obras musicais por atender aos cursos de Música da UNIRIO.

Já os equipamentos citados como emergenciais foram considerados urgentes pois, sem eles, usuários com deficiência visual não podem ter acesso aos documentos disponibilizados pela biblioteca, visto que são todos em tinta e, portanto, ficam impossibilitados de realizar seus estudos com sucesso.

Apesar desses equipamentos e *softwares* serem soluções possíveis de se melhorar e muito a acessibilidade na Biblioteca Central da UNIRIO, uma alternativa mais simples, mas que não exclui a necessidade dos outros recursos, é a implantação do serviço de ledores, esse serviço é emergencial e de grande auxílio para os estudantes e outros usuários com deficiência visual na leitura de livros em tinta. A Biblioteca Central deveria contar com, pelo menos, um ledor disponível diariamente a fim de facilitar o acesso à informação disponível aos usuários cegos ou com baixa visão.

8.3 TREINAMENTO DE PESSOAL

Como foi dito anteriormente, apesar da boa vontade dos funcionários no atendimento dos usuários com deficiência visual, a Biblioteca Central da UNIRIO não conta com nenhum tipo de treinamento de pessoal para tal.

Para que essa instituição possa ser considerada um espaço realmente acessível, não basta que seja devidamente sinalizada ou mesmo que possua todos os recursos de tecnologia assistiva disponível no mercado; é preciso e indispensável que os seus funcionários estejam devidamente preparados, isto é, capacitados para receber o usuário com deficiência visual.

A Biblioteca Central deveria oferecer workshops, cursos e palestras, por exemplo, visando melhorar o atendimento aos seus usuários com necessidades especiais, para que sejam evitadas situações de constrangimento entre as duas partes devido a, por exemplo, ausência de suporte para o usuário ou até mesmo auxílio excessivo em situações em que o usuário pode se virar sozinho.

Poderia, por exemplo, ser oferecido na Biblioteca Central, um curso de formação de Ledores, de modo que esse papel, talvez, após o período de formação

necessária, pudesse ser desempenhado até pelos próprios estudantes da UNIRIO como forma de cumprimento de parte das horas exigidas pelo Estágio Supervisionado ou pelas bolsas oferecidas pela Universidade (Bolsas de Extensão e de Incentivo Acadêmico, por exemplo).

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, procurou-se mostrar a importância de se garantir o direito à informação a todas as pessoas, mostrando algumas formas de melhorar a acessibilidade à informação para as pessoas com deficiência visual que podem ser aplicadas em bibliotecas. Traçou-se ainda um panorama do atual estado da acessibilidade à Biblioteca Central da UNIRIO, buscando apontar caminhos para que o acesso à informação por parte dos usuários com deficiência visual nesse espaço possa ser otimizado.

A partir das condições atuais constatadas em sua Biblioteca Central, ainda não se pode considerar a UNIRIO como universidade que garanta plena acessibilidade à informação aos seus alunos e funcionários com deficiência visual. Sem dúvida, ainda há muito o que ser feito nesse sentido, e tal aprimoramento, que se entende como urgente, exige uma grande atenção e esforço por parte da Universidade como um todo.

De acordo com as informações passadas pela usuária com deficiência visual entrevistada, foi possível observar o quão longe de ser uma biblioteca acessível às pessoas cegas e com baixa visão está a Biblioteca Central; na entrevista, a aluna destacou os recursos de tecnologia assistiva que mais lhe fazem falta na biblioteca, assim como a ausência de um treinamento de orientação e mobilidade, que poderia ser oferecido aos usuários com deficiência visual, para que melhor pudessem se locomover dentro do espaço da Biblioteca Central da UNIRIO.

A partir dos questionários aplicados às bibliotecárias, da entrevista à usuária e também através da observação direta do local da pesquisa, tornou-se visível a baixa estrutura da Biblioteca Central da UNIRIO para receber usuários com deficiência visual. Tal característica, somada ao pequeno número de usuários da biblioteca com essa deficiência e em contraste com o enorme número de pessoas cegas e com baixa visão que vivem em nosso país, nos alerta para o quanto o espaço universitário ainda está distante de ser inclusivo.

Além disso, a partir desses dados, é possível inferir que a falta de acessibilidade nas bibliotecas universitárias, locais de suma importância para o desenvolvimento científico dos estudantes, interfere diretamente no índice de cidadãos com deficiência que frequentam o espaço universitário.

A despeito das leis existentes que garantem o direito das pessoas com deficiência à educação, à informação e de, consequentemente, viver dignamente em nossa sociedade, não vemos em uma universidade federal de renome como a UNIRIO, com um curso centenário de Biblioteconomia, iniciativas efetivas que, em sua Biblioteca Central, assegurem a inclusão das pessoas com deficiência visual na vida acadêmica.

Vale dizer que esta pesquisa contou com apoio incondicional dos funcionários da Biblioteca e professores da UNIRIO para a sua realização. A única dificuldade encontrada foi a necessidade de grande disponibilização de tempo para a sua realização, já que foi preciso proceder a um vasto levantamento teórico-conceitual acerca do tema estudado, além de ter sido empreendido um estudo de caso que envolveu uma criteriosa observação da BC da UNIRIO, objeto de estudo.

Entretanto, pode-se afirmar que todo o esforço e dedicação aplicados a esse estudo foi recompensado. Uma dessas recompensas é a contribuição que esta pesquisa poderá trazer à UNIRIO, posto que servirá como norteadora de futuras políticas que visem à acessibilidade para pessoas com deficiência visual na BC da UNIRIO e na universidade como um todo.

Além disso, esta investigação também pode ser considerada como muito relevante na Biblioteconomia, uma vez que, ao abordar a inclusão de pessoas com deficiência visual em uma biblioteca específica, discute soluções e melhorias para que se garanta, em qualquer tipo de centro de informação, acessibilidade a todas as pessoas. Esse tipo de discussão precisa se tornar cada vez mais constante na academia, mais especificamente nas escolas de Biblioteconomia, pois só através do reconhecimento do grande valor dessa temática para a área biblioteconômica e sua disseminação poderemos contribuir com práticas efetivas de inclusão social, acadêmica e cultural.

É de suma importância, portanto, que novas pesquisas sejam realizadas na área da Biblioteconomia visando à acessibilidade à informação e à inclusão para pessoas com deficiência, sejam quais forem suas particularidades.

No que diz respeito à BC da UNIRIO e a todas as bibliotecas universitárias que estejam em condições de acessibilidade para pessoas com deficiência visual semelhantes, reitera-se a urgência de melhorias em sua infraestrutura, equipamentos e acervos, já que a acessibilidade é um dos critérios avaliados pelas comissões do MEC para reconhecimento de cursos no âmbito da educação superior.

Por fim, é necessário que se entenda que as questões de acessibilidade e inclusão dizem respeito a todos nós, não apenas às pessoas com deficiência. Todos nós, humanos, temos enfrentamos dificuldades em algum momento de nossas vidas; para algumas pessoas esses entraves podem ser maiores e talvez devam ser vencidos diariamente. Portanto, se desejamos realmente uma sociedade justa e inclusiva, devemos buscar sempre o caminho da acessibilidade e do reconhecimento do outro, dado que através dessa via tornamos qualquer obstáculo superável.

REFERÊNCIAS

ABNT NBR 9050. **Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.** Disponível em: <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield_generico_imagens-filefield-description%5D_24.pdf>. Acesso em 06 dez. 2014, às 14h e 45 min.

ACESSIBILIDADE LEGAL. **O que é um Display Braille.** Disponível em:< http://www.acessibilidadelegal.com/33-display-braille.php>. Acesso em: 07 mai. 2015, às 21h e 10 min.

ACESSIBILIDADE LEGAL. **Foto.** Display Braille. Disponível em:< http://www.acessibilidadelegal.com/33-display-braille.php>. Acesso em: 07 mai. 2015, às 21h e 35 min.

ALDEIA. ANDRADE. Avaliação das acessibilidades dos sítios Web de Bibliotecas Públicas Portuguesas: os entraves colocados aos Cidadãos com Necessidades Especiais**.** In: **Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal**, 2011. Disponível em: <http://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/12679/1/P3-10-10-2010-PDF.pdf> Acesso em: 11 abr. 2014, 14h e 20 min.

ASSOCIAÇÃO BAIANA DE CEGOS. **Deficiência Visual.** Disponível em: <http://www.abcegos.org.br/deficiencia-visual/> Acesso em: 6 abr. 2014, 18h e 55 min.

ATARAXIA. **Livros Daisy.** Disponível em: <http://www.ataraxia.pt/livrosdaisy.php>. Acesso em: 25 jun. 2015, às 15h e 39 min.

BORGES, C. V. S. et al. Proposta de acesso inclusivo dos portadores de deficiência visual da Biblioteca Universitária José de Alencar da Faculdade de Letras da UFRJ**. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 10 (2014): Edição Especial VIII SENABRAILLE. Disponível em: < http://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/320/296>. Acesso em: 02 dez. 2014, às 20h e 25min.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Guia Legal - Portador de deficiência visual. **Programa de Acessibilidade.** Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/responsabilidade-social/acessibilidade/acessibilidade.html/index.html#apre>. Acesso em: 9 abr. 2014, às 16h e 28 min.

BRASIL. Palácio do Planalto. **Constituição da República federativa do Brasil.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 18 maio de 2014, às 20h e 52 min.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos – Presidência da República. **Pessoa com deficiência. Legislação.** Disponível em: <http://www.sdh.gov.br/assuntos/pessoa-com-deficiencia/legislacao>. Acesso em 10 maio 2014, às 21h e 16 min.

BRASIL. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. **Legislação.** Disponível em: <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/viver-sem-limite/legislacao>. Acesso em: 10 set. 2014, às 13h e 43 min.

CAMPELLO, B. S.. Organizações como fontes de informação. In: CAMPELLO, Bernadete Santos; CENDÓN, Beatriz Valadares; KREMER, Jeanette Marguerite. (Org.). **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. 1ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000, p. 21-48.

CATÁLOGO NACIONAL DE PRODUTOS DE TECNOLOGIA ASSISTIVA. Disponível em: < http://assistiva.mct.gov.br/>. Acesso em: 19 maio 2014,18h e 36 min.

CATÁLOGO NACIONAL DE PRODUTOS DE TECNOLOGIA ASSISTIVA. LEZ1080 - Lupa Eletrônica com zoom. **Foto.** Disponível em: < http://assistiva.mct.gov.br/catalogo/lupa-eletronica-8 >. Acesso em: 19 maio 2014, 21h e 25 min.

CATÁLOGO NACIONAL DE PRODUTOS DE TECNOLOGIA ASSISTIVA. SARA (Scanning and Reading Appliance). **Foto.** Disponível em: < http://assistiva.mct.gov.br/catalogo/leitor-autonomo-0>. Acesso em: 19 maio 2014, 21h e 42 min.

CIVIAM. **Máquina de Escrever Smart Perkins Braille.** Disponível em: < http://www.civiam.com.br/civiam/index.php/necessidadesespeciais/equipamentos-para-impressao-braille/maquina-de-escrever-smart-perkins-braille-audio-video.html> Acesso em: 30 maio 2015, às 23h e 43 min.

CIVIAM. Máquina de Escrever Smart Perkins Braille. **Foto.** Disponível em: < http://www.civiam.com.br/civiam/index.php/necessidadesespeciais/equipamentos-para-impressao-braille/maquina-de-escrever-smart-perkins-braille-audio-video.html> Acesso em: 30 maio 2015, às 23h e 43 min.

CORRÊA, Maria Ângela Monteiro. **Educação especial**, v.1, 208 p., 2010.

DALLABRIDA, Adarzilse Mazzuco e LUNARDI, Geovana Mendonça. **O acesso negado e a reiteração da dependência: a biblioteca e o seu papel no processo formativo de indivíduos cegos.** *Cad. CEDES* [online]. 2008, vol.28, n.75, pp. 191-208. ISSN 0101-3262. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v28n75/v28n75a04.pdf>. Acesso em: 11 de abr. 2014, às 11h e 50 min.

FEBRABAN. **População com deficiência no Brasil – Fatos e percepções,** 2006. Disponível em: <http://www.febraban.org.br/Arquivo/Cartilha/Livro_Popula%E7ao_Deficiencia_Brasil.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2014, às 14h45min.

FERREIRA, Ana Fátima Berquó Carneiro. Biblioteca Louis Braille do Instituto Benjamin Constant: Assegurando ao deficiente visual acesso ao conhecimento. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 13, n. 1 p. 282

-290, jan./jun., 2008. Disponível em: <http://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/554>. Acesso em: 07 mai. 2015, às 22h e 44 min.

INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT. **Acessibilidade para deficientes.** Disponível em: < http://ibcserver0c.ibc.gov.br/index.php?blogid=1&query=ubc>. Acesso em: 10 maio 2014, às 21h e 20 min.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA**. Censo 2010. Resultados**. Disponível em: < http://censo2010.ibge.gov.br/resultados>. Acesso em 5 maio 2014, às 18h e 11 min.

JACQUES, Karina. Material de Apoio. **Curso de Direito Fundamental à Acessibilidade.** Disponível em: <www.stf.jus.br/repositorio/cms/portalTvJustica.../KARINA_JAQUES.doc> Acesso em: 5 maio 2014, às 17h e 50 min.

LARAMARA. Associação Brasileira de Assistência à pessoa com deficiência visual. Leitor de tela. **Foto.** Disponível em: < http://laramara.org.br/tecnologia-assistiva/informatica> Acesso em: 18 maio 2014, às 23h.

LARATEC. Tecnologia Assistiva para a Inclusão do Deficiente Visual. **Display Braille.** Disponível em: <http://www.laratec.org.br/DisplayBraille.html>. Acesso em: 30 maio 2015, às 23h e 38 min.

LARATEC. Tecnologia Assistiva para a Inclusão do Deficiente Visual. Display Braille. **Foto.** Disponível em: <http://www.laratec.org.br/img/DisplayBraille.jpg>. Acesso em: 30 maio 2015, às 23h e 38 min.

LARATEC. Tecnologia Assistiva para a Inclusão do Deficiente Visual. **Máquina Braille Laramara.** Disponível em: <http://www.laratec.org.br/MBrailleLM.html>. Acesso em: 30 maio 2015, às 23h e 55 min.

MARTINS, Ana Bela; MARTINS, Andrea. **Papel das bibliotecas de ensino superior no Apoio a Utilizadores com Necessidades Especiais**, 2011. Disponível em: <http://revistas.ua.pt/index.php/ID/article/view/1043/975>. Acesso em: 11 de abr. 2014, às 12h e 20 min.

MARTINS, Valeria dos Santos Gouveia et al**. Implantação de Atendimento Prioritário na Biblioteca Central Cesar Lattes da Unicamp.** VII Senabraille Bibliotecas: espaços acessíveis a múltiplos usuários. De 27 a 30 de novembro de 2011 – Centro de Convenções da Unicamp. Disponível em: <http://www.sbu.unicamp.br/senabraille/apresentacoes/Trabalhos/Artigo-Implantacao%20de%20Atendimento%20Prioritario.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2014, às 20h e 10 min.

MAZZONI, Alberto Angel et al. Aspectos que interferem na construção da acessibilidade em bibliotecas universitárias. **Ci. Inf., vol.30, no.2, Brasília, Mai/Aug. 2001.** Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-

19652001000200005&script=sci_arttext>. Acesso em: 29 nov. 2014, às 16h e 50 min.

LARAMARA. Associação Brasileira de Assistência à pessoa com deficiência visual. Disponível em: <http://laramara.org. br/ >. Acesso em, 18 de maio 2014, às 19h e 37 min.

OLHAR DIGITAL. **Tecnologia Assistiva.** Disponível em: <http://olhardigital.uol.com.br/video/40955/40955>. Acesso em: 1 mar. 2014, às 19:42.

PORTAL DA EDUCAÇÃO. **O deficiente visual e a lei.** Disponível em: <http://www.portaleducacao.com.br/educacao/artigos/21511/o-deficiente-visual-e-a-lei>. Acesso em: 10 maio 2014, às 21h e 14 min.

PORTAL MEC – SEESP. **Declaração de Salamanca**, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 30 mai. 2015, às 18h e 15 min.

PROJETO DOSVOX. **Foto.** Disponível em: <http://intervox.nce.ufrj.br/dosvox/>. Acesso em: 05 fev. 2015, às 18h e 39 min.

PROJETO DOSVOX. **O que é DOSVOX?** Disponível em: <http://intervox.nce.ufrj.br/dosvox/>. Acesso em: 05 fev. 2015, às 18h e 40 min.

SOUTO, Leonardo Fernandes. **Acesso à informação digital para portadores de necessidades especiais em bibliotecas universitárias:** questão de ética e cidadania, 2006. Disponível em: <http://www.bad.pt/publicacoes/index.php/cadernos/article/view/793/792>. Acesso em: 11 abr. 2014, às 13h e 45 min.

STORTI, V. R. et al. Promover a acessibilidade aos deficientes visuais e baixa visão à rede de bibliotecas da UNESP. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 10 (2014): Edição Especial VIII SENABRAILLE. Disponível em:< http://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/339/315>. Acesso em: 02 dez. 2014, às 20h e 32 min.

TECASSISTIVA. Tecnologia e Acessibilidade. **Impressoras Braille.** Disponível em: < http://www.tecassistiva.com.br/produtos?cat_id=36>. Acesso em: 30 maio 2015, às 22 e 30 min.

TECASSISTIVA. Tecnologia e Acessibilidade. Impressoras Braille. Everest D-V4. **Foto.** Disponível em: < http://www.tecassistiva.com.br/images/categorias_produtos/imp_bra/everest/2everest.jpg>. Acesso em: 30 maio 2015, às 22 e 35 min.

UFF. Sensibiliza. **Quem somos.** Disponível em: <http://sensibilizauff.com/quem-somos/>. Acesso em: 22 jun. 2015, às 21h e 10 min.

UFRJ. Olhar Virtual. **Inclusão e acessibilidade na UFRJ.** Disponível em: <http://www.olharvirtual.ufrj.br/2006/?id_edicao=191&codigo=7>. Acesso em: 22 jun. 2015, às 21h.

UFRJ/NCE – INTERVOX. Braille Fácil 3.5a. **Banner.** Disponível em: <http://intervox.nce.ufrj.br/brfacil/>. Acesso em: 30 maio 2015, às 23h e 15 min.

UFRJ/NCE – INTERVOX. **Braille Fácil 3.5a.** Disponível em: < http://intervox.nce.ufrj.br/brfacil/>. Acesso em: 30 maio 2015, às 23h e 05 min.

UFRJ/NCE – INTERVOX. **Download do Software Musibraille.** Disponível em: <http://intervox.nce.ufrj.br/musibraille/download.htm>. Acesso em: 30 maio 2015, às 22h e 45 min.

UFRJ/NCE – INTERVOX. **Musicografia Braille.** Disponível em: < http://intervox.nce.ufrj.br/musibraille/>. Acesso em: 30 maio 2015, às 22h e 25 min.

UFRJ/NCE – INTERVOX. **Objetivos do projeto Musibraille.** Disponível em: <http://intervox.nce.ufrj.br/musibraille/download.htm>. Acesso em: 30 maio 2015, às 22h e 50 min.

UFRJ/NCE – INTERVOX. Objetivos do projeto Musibraille. **Foto.** Disponível em: <http://intervox.nce.ufrj.br/musibraille/download.htm>. Acesso em: 30 mai. 2015, às 22h e 50 min.

UFRRJ. **UFRRJ lança núcleo de Acessibilidade e Inclusão.** Disponível em: < http://www.ufrrj.br/portal/modulo/home/noticia.php?noticia=4602>. Acesso em: 22 jun. 2015, às 21h e 05 min.

UNESCO. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1948. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>. Acesso em: 30 mai. 2015, às 17h e 54 min.

UNICEF Brasil. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos**, 1990. Disponível em: <http://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10230.htm>. Acesso em: 30 mai. 2015, às 18h.

UNIRIO, Biblioteca Central. **Missão.** Disponível em: < <http://www.biblioteca.unirio.br/historia/missao>. Acesso em: 02 de dez. de 2014, às 13:08 h.

UNIRIO, CEAD. Pós-Graduação em Educação Especial. **Histórico.** Disponível em: < http://www4.unirio.br/cead/distancia_eduespecial.html#coord>. Acesso em: 07 mai. 2015, às 22h e 50 min.

UNIRIO. **PDI: Plano de Desenvolvimento Institucional: 2012-2016** / coordenação e elaboração Pró-Reitoria de Planejamento. – Rio de Janeiro: UNIRIO, 2011. Disponível em: <http://www.unirio.br/proplan/pdi/plano-de-desenvolvimento-institucional-2012-2016>. Acesso em: 11 jun. 2015, às 17h e 15 min.

APÊNDICES

APÊNDICE A
ENTREVISTA PARA VERIFICAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NA BIBLIOTECA CENTRAL DA UNIRIO

1 INTRODUÇÃO

O Trabalho de Conclusão de Curso “ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NA BIBLIOTECA CENTRAL DA UNIRIO”, de Heloisa Costa Marrocos de Araujo, aluna formanda do Bacharelado em Biblioteconomia da UNIRIO, e orientado pelo professor Prof. Luiz Otávio Ferreira Barreto Leite, pretende trazer à sociedade uma reflexão acerca da questão do acesso à informação para pessoas com necessidades especiais em bibliotecas universitárias, mais especificamente usuários com deficiência visual.

Por conseguinte, a proposta do trabalho é pensar o papel da Biblioteca Central da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO no atendimento deste tipo de usuário e nas ferramentas que pode oferecer para auxiliá-lo em suas pesquisas.

A Biblioteca Central está localizada na Avenida Pasteur 436, Urca – Rio de Janeiro, bem ao lado do Instituto Benjamin Constant – IBC, onde é realizado o Projeto de Extensão da PROEXC – Rodando as Leituras no Instituto Benjamin Constant (IBC) com a Estante Circulante, coordenado pela professora Maura Esândola Tavares Quinhões, e no qual a autora do presente trabalho atuou como bolsista.

A partir do mapeamento da Biblioteca Central, questionários e entrevistas, serão identificados alguns dos possíveis problemas para serviços direcionados a esta parcela do público especial e alternativas para resolvê-los.

2 OBJETIVOS E OBJETO DE AVALIAÇÃO

Esta entrevista tem por objetivo levantar dados que permitam identificar as condições de acessibilidade da Biblioteca Central da UNIRIO a partir do ponto de vi de um usuário com deficiência visual. A realização da entrevista deverá durar cerca de dez minutos.

3 METODOLOGIA

A coleta de dados é realizada a partir da aplicação de uma entrevista, composta de perguntas abertas, cujas respostas serão analisadas e comparadas com outras informações obtidas durante as pesquisas para o Trabalho de Conclusão de Curso. A meta principal é empreender uma comparação dos dados obtidos com o que deveria ser o ideal, desvelando a situação da acessibilidade identificável na Biblioteca Central da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO na perspectiva de se avaliar se essa instituição atende de maneira efetiva às demandas das pessoas com deficiência visual.

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

(Em atendimento à Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde / Ministério da Saúde)

Declaro que fui informado acima sobre a natureza, objetivos e metodologias do Trabalho de Conclusão de Curso “ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NA BIBLIOTECA CENTRAL DA UNIRIO” e que estou de acordo em participar desta entrevista.

Não haverá risco com a participação nesta pesquisa. Qualquer informação obtida nesta entrevista será confidencial. As informações científicas resultantes poderão ser apresentadas e publicadas em eventos e revistas científicas, sem a identificação do participante.

Para outras informações ou dúvidas, entre em contato com a autora do trabalho no telefone 2666-7940.

Rio de Janeiro, _____de_____de_____.

_____

Nome do participante

_____

Assinatura do participante

4 ROTEIRO DA ENTREVISTA

Data:

Horário de início: Horário de término:

Nome:

Curso: Período:

1. **Apresentação.**

2. **Estou sabendo que você frequenta a Biblioteca Central da UNIRIO. Você a frequenta sempre?**

3. **É tranquilo o seu caminho até a Biblioteca Central?**

4. **Alguém te ajudou a conhecer esse caminho através de algum tipo de treinamento?**

5. **Ok, você falou do caminho até a Biblioteca Central. E dentro da Biblioteca Central, como é se movimentar lá?**

6. **Você não recebeu nenhum treinamento para se orientar na biblioteca?**

7. **Você gostaria de receber algum tipo de treinamento, como os usuários videntes também recebem, para conhecer o espaço da Biblioteca?**

8. **Como você faz para estudar e fazer os trabalhos da faculdade?**

9. **O que você tem de recursos tecnológicos a sua disposição?**

10. **Você falou do uso do Ledora, gravador, point, máquina braile quais desses recursos você tem a sua disposição na Biblioteca Central? Ledora e o gravador.**

11. **Onde você os utiliza?**

12. **Como você os utiliza?**

13. **Você sabe de algum equipamento tecnológico que acha que seria útil haver na Biblioteca Central da UNIRIO?**

14. **O que mais você recomendaria para melhorar a acessibilidade na Biblioteca Central da UNIRIO?**

15. **Você escolheu estudar na UNIRIO. Por que?**

16. **Em todo o caminho que você percorreu para se tornar uma estudante universitária, o que você consideraria a sua maior vitória?**

17. **Outras considerações:**

APÊNDICE B

QUESTIONÁRIO PARA VERIFICAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NA BIBLIOTECA CENTRAL DA UNIRIO

1 INTRODUÇÃO

O Trabalho de Conclusão de Curso “ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NA BIBLIOTECA CENTRAL DA UNIRIO”, de Heloisa Costa Marrocos de Araujo, aluna formanda do Bacharelado em Biblioteconomia da UNIRIO, e orientado pelo professor Prof. Luiz Otávio Ferreira Barreto Leite, pretende trazer à sociedade uma reflexão acerca da questão do acesso à informação para pessoas com necessidades especiais em bibliotecas universitárias, mais especificamente usuários com deficiência visual.

Por conseguinte, a proposta do trabalho é pensar o papel da Biblioteca Central da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO no atendimento deste tipo de usuário e nas ferramentas que pode oferecer para auxiliá-lo em suas pesquisas.

A Biblioteca Central está localizada na Avenida Pasteur 436, Urca – Rio de Janeiro, bem ao lado do Instituto Benjamin Constant – IBC, onde é realizado o Projeto de Extensão da PROEXC – Rodando as Leituras no Instituto Benjamin Constant (IBC) com a Estante Circulante, coordenado pela professora Maura Esândola Tavares Quinhões, e no qual a autora do presente trabalho atuou como bolsista.

A partir do mapeamento da Biblioteca Central, questionário aos profissionais bibliotecários e entrevista a uma usuária com deficiência visual, serão identificados alguns dos possíveis problemas para serviços direcionados a esta parcela do público especial e alternativas para resolvê-los.

2 OBJETIVOS E OBJETO DE AVALIAÇÃO

Este questionário tem por objetivo levantar dados que permitam identificar as condições de acessibilidade da Biblioteca Central da UNIRIO a partir do ponto de vista de profissionais atuantes neste centro de informação. O tempo estimado para a resposta das perguntas é de cerca de dez minutos.

3 METODOLOGIA

Os dados coletados a partir da aplicação do questionário, composto de perguntas abertas e fechadas, serão analisadas e comparadas com outras informações obtidas durante as pesquisas para o Trabalho de Conclusão de Curso.

A meta principal é empreender uma comparação dos dados obtidos com o que deveria ser o ideal, desvelando a situação da acessibilidade identificável na Biblioteca Central da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO na perspectiva de se avaliar se essa instituição atende de maneira efetiva às demandas das pessoas com deficiência visual.

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

(Em atendimento à Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde / Ministério da Saúde)

Declaro que fui informado sobre a natureza, objetivos e metodologias do Trabalho de Conclusão de Curso “ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NA BIBLIOTECA CENTRAL DA UNIRIO” e que estou de acordo em participar desta entrevista.

Não haverá risco com a participação nesta pesquisa. Qualquer informação obtida nesta entrevista será confidencial. As informações científicas resultantes poderão ser apresentadas e publicadas em eventos e revistas científicas, sem a identificação do participante.

Para outras informações ou dúvidas, entre em contato com a autora do trabalho no telefone 2666-7940.

Rio de Janeiro, _____ de_____ de_____.

_____

Nome do participante

_____

Assinatura do participante

QUESTIONÁRIO PARA VERIFICAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NA BIBLIOTECA CENTRAL DA UNIRIO

1. A biblioteca é acessível desde a rua até o local de atendimento?

( ) Sim, é acessível.
( ) Não, não é acessível.
( ) Parcialmente acessível.

2. Justifique a resposta acima:

_____
_____
_____
_____
_____

3. Os usuários são atendidos em mais de um pavimento/andar?

( ) Sim ( ) Não

4. Existe rampa, elevador ou outro equipamento eletromecânico ligando os andares da biblioteca que são utilizados pelos usuários?

( ) Sim ( ) Não

5. Que equipamentos?

_____
_____

6. Os corrimãos das escadas são sinalizados, isto é, envolvidos por anéis, de acordo com a norma da 9050 da ABNT?

( ) Sim ( ) Não

7. Existe sinalização Braille para indicar a localização desses equipamentos?

( ) Sim ( ) Não

8. No interior do elevador, existe identificação dos botões em Braille?

( ) Sim ( ) Não

9. Há indicação sonora informando verbalmente em que andar o elevador parou e a direção do movimento (se está subindo ou descendo)**?**

( ) Sim ( ) Não

10. Há corrimão em ambos os lados das escadas utilizadas pelos usuários?

( ) Sim ( ) Não

11. Há mapa tátil na entrada da área de atendimento, disposto em superfície inclinada e posicionado em altura acessível a um cadeirante (Mapa tátil: mapa em alto relevo, com informações acessíveis para pessoas com deficiência visual)**?**

( ) Sim ( ) Não

12. Os usuários com deficiência visual recebem algum tipo de treinamento afim de conhecer o espaço físico da biblioteca e/ou seus recursos?

( ) Sim ( ) Não

13. A disposição do mobiliário é adequada para que a locomoção de pessoas com deficiência visual dentro da Biblioteca Central seja realizada sem dificuldades?

( ) Sim ( ) Não

14. Há piso tátil de alerta próximo às escadas? (Piso tátil de alerta: piso construído por pequenos círculos em alto relevo, destinado a servir de alerta para pessoas com deficiência visual.)

( ) Sim ( ) Não

15. Há piso tátil de alerta próximo ao elevador?

( ) Sim ( ) Não

16. Há piso tátil direcional na entrada da Biblioteca, indicando o caminho a ser percorrido? (Piso tátil direcional: piso construído por pequenas faixas em alto relevo, para servirem de linha guia para pessoas com deficiência visual.)

( ) Sim ( ) Não

17. Há sinalização tátil, em Braille, informando o número do pavimento próximo às escadas?

( ) Sim ( ) Não

18. Os profissionais da Biblioteca Central são treinados para o atendimento de pessoas com deficiência visual?

( ) Sim ( ) Não

19. Que tipo de treinamento esses profissionais recebem? (Ex.: cursos, palestras, workshops etc.)

_____
_____

20. Há pelo menos um funcionário com formação em Braille para atendimento a pessoas com deficiência visual?

( ) Sim, 1. ( ) Sim, mais de 1. ( ) Não, nenhum.

21. Os materiais de divulgação (folhetos, cartilhas, lista de documentos, avisos, orientações gerais etc.) **estão também disponíveis em Braille para as pessoas com deficiência visual?**

( ) Sim ( ) Não

22. Os materiais de divulgação estão também disponíveis em fonte ampliada para pessoas com baixa visão?

( ) Sim ( ) Não

23. Há disponibilização de formulários de solicitação de serviços em Braille?

( ) Sim ( ) Não

24. Há disponibilização de formulários de solicitação de serviços em fonte ampliada?

( ) Sim ( ) Não

25. A Biblioteca Central conta com softwares e/ou equipamentos de tecnologia assistiva? (Ex.: Leitor de tela para computadores; Lupa eletrônica; Máquina de escrever Braille; Máquina fusora; DOSVOX; etc.)

( ) Sim ( ) Não

26. Quais equipamentos/softwares? _____

27. Quantos usuários a biblioteca possui? _____

28. Quantos desses usuários são cegos ou possuem baixa visão? _____

29. Como se dá o atendimento das pessoas com deficiência visual na Biblioteca Central da UNIRIO, tendo em vista os recursos disponíveis?

_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____

30. Atualmente, a Biblioteca Central da UNIRIO tem procurado se adequar para possibilitar a acessibilidade das pessoas com deficiência visual às informações disponíveis? De que forma?

_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____

31. Marque os fatores que podem estar dificultando a adequação da Biblioteca Central da UNIRIO para que haja plena acessibilidade para as pessoas com deficiência visual:

( ) Falta de oferta dos treinamentos necessários.
( ) Carência de profissionais (engenheiros, arquitetos, etc.).
( ) Falta de alocação de verbas para a realização das obras, compra de equipamentos ou outras adaptações necessárias.
( ) O edifício utilizado é tombado, o que dificulta a realização de obras ou adaptações necessárias.
( ) O edifício utilizado é alugado, o que dificulta a realização de obras ou adaptações necessárias.
( ) Acentuado grau de exigências presentes nas normas sobre acessibilidade.
( ) Não há dificuldades.
( ) Não sei / Não se aplica.